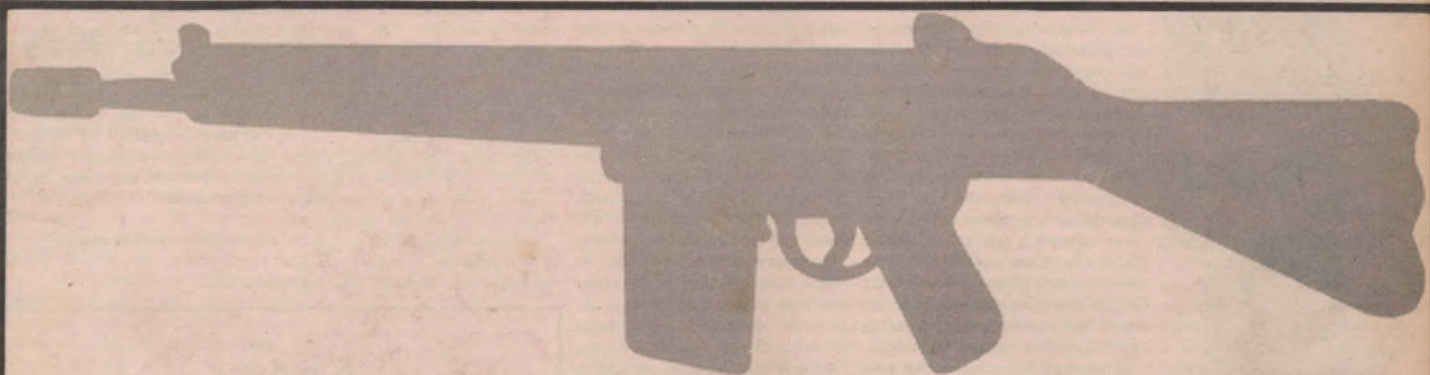
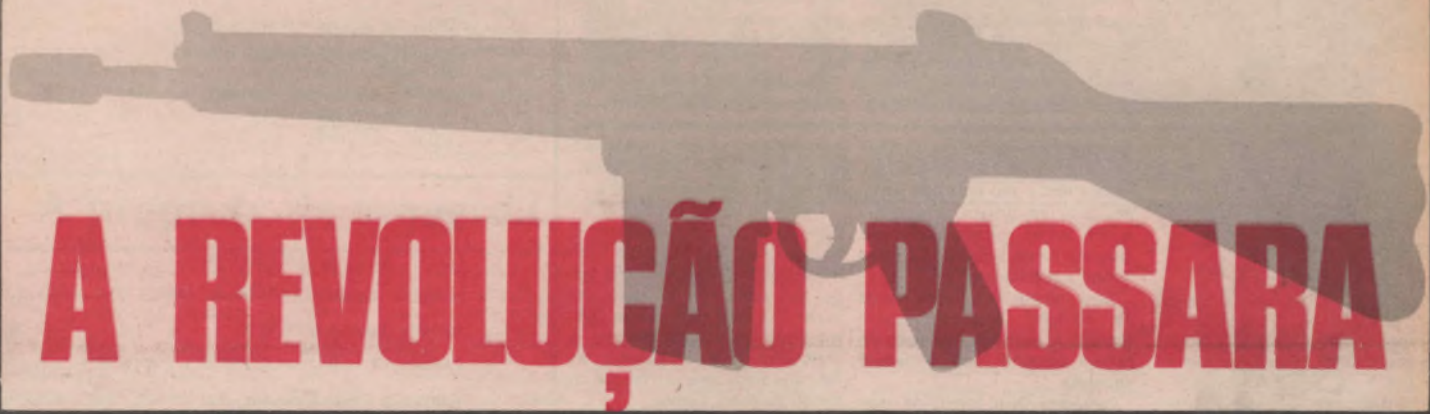


Revolução



**UNIR
ORGANIZAR
ARMAR**



A REVOLUÇÃO PASSARA



PRP-BR

**ANTE-PROJECTO
DO PROGRAMA
DO PRP-BR**

PAG: 7-8-9-10

CAMARADA OTELO

Porque espera? A revolução não está feita! Enquanto houver na nossa sociedade homens das direitas com os olhos postos novamente no poder, enquanto não forem iluminados do cimo da terra esses cães danados e raivosos que querem continuar com a exploração do homem pelo homem, o processo revolucionário não seguirá para a frente. Não espere para amanhã o que se pode fazer hoje, são esses reaccionários que têm os olhos postos em todos nós e que amanhã serão eles mesmos que nos meterão nas praças de touros, ou nos campos de futebol. Vamos fazer a revolução não pela via pacífica pois essa via não dá nada, e nós vemos o que sucedeu no Chile a Salvador Allende vamos começar a iluminar os pides, a nacionalizar todo o Portugal.

Com a chegada dos portugueses que vêm das ex-colónias, a crise ainda aumentará mais e se o exército tem barracas de campanha, porque não as põe ao serviço dos que vêm das ex-colónias até se poder construir bairros? Vamos aproveitar o tempo de férias para trabalhar nos campos para que a nossa agricultura seja rica, e assim pouparemos divisas não comprando ao estrangeiro, teria de haver um ordenado nacional, e não uns a ganharem 3 000\$00, e outros menos, e alguns para cima de 30 000\$00 que só serve para dividir, e numa sociedade verdadeiramente socialista não poderá ser assim.

Quanto aos desempregados, há centenas de milhares de homens desempregados com casas de famílias constituídas sem ganharem um tostão, ora também há outras casas onde o homem e a mulher têm o seu ordenado certo, enquanto uns querem comer e não o têm outros deitam-se de papo para o ar fartos e cheios, por isso a minha sugestão era:

Criar campos de trabalho, aonde se podesse empregar esses homens e mulheres, só assim se poderá construir uma sociedade socialista.

Camarada Otelos temos de estar cientes de que os fascistas, que a burguesia está com os olhos postos

em nós para nos liquidar, temos de agir e já, amanhã poderá ser bastante tarde, nós sabemos da onda de violência que no Norte se está processando, isso só serve para a divisão da classe proletária e sabe-se muito bem que, só vem beneficiar a reacção, nós precisamos de armas, precisamos de um exército sem patentes mas que seja composto por revolucionários, não queremos ver Portugal mergulhado em sangue como no Chile, se algum sangue se tiver que derramar que seja desses que sempre exploraram, que venderam Portugal ao Imperialismo, que seja desses cães que se encontram em Caxias em Alcoentre, e que foram carrascos do Povo.

Camarada há que se dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, por isso a terra terá que ser de quem a trabalha.

O povo português continua a ser explorado porque os intermedíários ainda não acabaram. A fome cada vez é maior, enquanto houver parasitas que vivam à custa de quem trabalha. Porque não revê a lei das Sesmarias em que faço lembrar que obrigava a trabalhar todos os que eram parasitas.

No Norte enterram frutas, géneros alimentícios criados no campo. Porque não vão carros do exército buscar esses alimentos para o sul? Porque não se formam aqui cooperativas em que toda a gente tivesse acesso, não se estragaria e comprava-se mais barato.

Camarada Otelos, há que lutar pela formação do tal exército revolucionário e temos de ser nós, progressistas, a fazer a verdadeira revolução socialista. Junto dos verdadeiros progressistas do MFA.

Temos de ter em mente que a classe proletária tem de tomar o poder, e que tem de ser o mais rápido possível porque amanhã pode ser tarde. O fascismo ou socialismo, e eu acho que as classes mais exploradas, também o pretendem pois o regresso ao fascismo ainda seria pior do que no tempo da outra senhora.

Eu pergunto a mim mesmo quando oiço a outras pessoas que

temos de seguir para a frente com a nossa revolução, mas qual revolução? Revolução de cravos? Deus me desculpe se estou a errar, mas já que somos livres de dizer o que sentimos eu digo que para mim não houve revolução.

Camarada Otelos vamos meditar um pouco nas palavras de Samora Machel, quando ao ser entrevistado por um locutor português disse:

É melhor deixar de sair para o café e passar-se à prática. É em verdade as palavras que ele

pronunciou. Temos que passar a actuar, temos que evitar que a reacção se apodere novamente do poder, se queremos que ele seja dos trabalhadores. Temos que evitar que as F.A. que se encontram no território espanhol, os tais ELP's se organizem e passem ao ataque. Camaradas isto são ideias de um revolucionário.

Saudações Revolucionárias
M.J.O.S.

Sedes

ALGÈS — Rua Victor Duarte Pedrosa, 15
ALGÈS DE CIMA

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40

ÁRGEA

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29

BRAGA — R. Santa Margarida, 169. 1.º

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10
Tel. 2763267/2763397/2763122

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, 60

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

LAVRADIO — R. Dr. José Carcano Lobo, 12

LISBOA — Sede Central do Partido
Rua Castilho, 70 — Tel. 4119

573520
573640

Jornal "Revolução"
Rua do Arco do Carvalhão, 1. 5.º Dt.º — tel. 682323

LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.º

MARINHA GRANDE — R. Marquês de Pompal, n.º 65

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C

PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Tel. 2474142

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, n.º 17

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Tel. 315759/315786

S. JOÃO DA MADEIRA — R. Jaime Afreixo, 142

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETÚBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espargueira — Tel. 22558

Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68

CAMARADAS

Sou um indivíduo que, tempos atrás me encontrava ligado ao PCP. Porém, em 21 de Junho de 1975, por razões de discordância total com a conduta da cúpula, decidi abandonar o partido.

...De uma maneira geral concordo com a "conversa" do vosso jornal, é até a sua orientação que me leva a não perder uma das suas letras. Eu simpatizo logo com quem defende a ditadura do proletariado. Mas a experiência que tive com o

P" C" P obriga-me a estar de pé atrás.

Aqui a única literatura que disponho está virada ao PCP, além de pequenos apontamentos elementares sobre "marxismo". Portanto a respeito das linhas e influências dos outros partidos estou mal informado. Só com o decorrer do tempo e da análise dos factos posso fazer as minhas classificações.

Saudações revolucionárias

M.E.T.

Revolução



**BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
Porta-Voz do Partido**

FRENTE

PORQUÊ, COMO E PARA QUEM



O porquê da frente

— Há muito tempo que a ruptura a nível de poder político-militar se vinha a verificar.

Há muito tempo que a direita se vem a organizar: ora aproveitando-se do justo descontentamento dos camponeses pobres no Norte, recrutando forças para o ELP e companhia aproveitando-se por vezes do bloco de desempregados que vai aumentando, ou ainda actuando quer no seio das Forças Armadas quer nos partidos onde ainda se fazem ouvir como CDS, PPD, e cúpulas do PS. Portanto a direita vem-se a organizar, compilando para isso todas as forças que lhe é possível.

Igualmente há muito tempo que as massas trabalhadoras se viam perante um impasse, em que nada estava definido, a não ser que não

eram elas as detentoras do poder, mas sim um conjunto de homens de direita, de centro e poucos de esquerda, não tendo elas conseguido até agora arranjar resposta orgânica revolucionária para o impasse, nem uma proposta concreta, suficientemente forte e sólida que provocasse a adesão de todos os trabalhadores independentemente do partido e mesmo dos sem partido, e que apresentasse na prática, a possibilidade de se começarem a desenvolver os órgãos de poder popular, com vista à tomada do poder. Estavam, portanto, criadas condições, ou para uma resposta de esquerda que superasse o impasse, ou para uma manobra da direita aproveitando-se do divisionismo e confusão existente no seio das classes trabalhadoras e sobretudo entre as F.A.

tica as classes trabalhadoras, pôr para trás a "partidarite aguda" que tinha sido uma grande jogada quer da direita (para poder avançar) quer do reformismo (para poder controlar); havia que pôr para trás tudo isso, e ultrapassar o problema com vista à unidade dos trabalhadores para a tomada e exercício do poder por estes.

Sobretudo um grande problema surgia. As F.A. encontravam-se divididas em três frentes: a social-democrata, que esconde a direita; a linha Vasco Gonçalves, que habitualmente é identificada com posições reformistas, mas que é simplismente demais classificada como tal; e a revolucionária centrada à volta do grupo de oficiais do COPCON. Ora é evidente que interessava à direita manter divididos estes dois grupos, porque esta divisão enfraquecia muito a força da luta militar contra a direita. E não é segredo que a luta entre estas duas últimas tendências e quem as apoiava era tão intensa como a que qualquer delas travava com a direita.

Tinha que se ultrapassar portanto a existência destas três frentes que, obscurecia a nitidez do combate. Ora era sabido que a constituição de uma frente civil, na

qual se incorporavam militares desde o início, facilitara extraordinariamente a aliança para este combate contra a direita.

Surge então a formação da F.U.R. (Frente Unitária Revolucionária como alternativa revolucionária para ultrapassar o impasse político-militar e pôr na prática, o poder nos órgãos de vontade popular, tal como o programa do COPCON os propõe. A prova disso vem exactamente da plataforma assinada a 25 de Agosto:

1 — O Documento do COPCON e o documento "Linhas de Acção Programática e Tarefas de Transição" constituem uma base de trabalho válido para a elaboração de um programa revolucionário.

2 — Um tal programa representa um instrumento indispensável para articular a acção das forças políticas empenhadas no processo revolucionário, e as massas trabalhadoras.

3 — O programa "Linhas de Acção Programática e Tarefas de Transição" constitui o documento guia básico para a actuação do governo, enquanto não se reunirem forças necessárias para a formação de um governo de unidade revolucionária.

4 — a criação de uma frente que engloba os partidos e outras organizações políticas revolucionárias, os militantes revolucionários, o MFA, e os órgãos autónomos do poder popular referidos no documento guia de Aliança MFA-POVO, constitui a saída para o processo revolucionário.

5 — Decidem constituir um secretariado provisório destinado a articular as acções que permitam uma ofensiva comum contra a reacção, pelo avanço do processo revolucionário.

6 — Declaram que esta plataforma se encontra aberta a todas as organizações, militantes revolucionários e órgãos de poder popular que a ela queiram aderir.

A proposta da Direita

Surge então o "Documento Melo Antunes"

Este documento foi uma grande jogada de direita; bastante bem elaborado, prova bem evidente do trabalho e estudo do Imperialismo neste país durante 16 meses. Jogando com a crítica à situação real existente, mas comprometendo nas soluções concretas a independência nacional, este documento pretendeu provocar, aderência dentro e fora dos quartéis; pretendeu modificar completamente a correlação de

forças até aí existentes a nível militar, enfim pretendem causar uma grande viragem à direita enganando trabalhadores soldados e até concertar alguns dos que o assinaram.

Mas, em relação aos trabalhadores e militares revolucionários pretendeu só. Não conseguiu.

Apesar da grande confusão que gerou, da falta de capacidade de resposta global das massas trabalhadoras, (altura das férias, divisionismo partidário, falta de politização, etc.) surgiu efectivamente uma alternativa de esquerda.



Por quem é constituída a frente

E uma frente perfeitamente original de carácter não só antifascista, anticapitalista e anti-imperialista, como também de carácter ofensivo, tendo no seu seio tal como vem expresso no ponto 4 órgãos de vontade popular que lutam pela tomada do poder, aos quais os partidos existentes se têm, inevitavelmente que sujeitar.

É de notar também que pela primeira vez, o MFA é posto numa posição, em que ele, igualmente se tem que sujeitar à vontade popular, não sendo tomado como tem sido até aqui como o motor e a vanguarda da revolução, mas sendo sim um órgão que conjuntamente com os outros, trabalhará, na prática para dar, "a terra a quem a trabalha" e as fábricas a quem produz.

Quanto aos partidos políticos que compõem a Frente (MDP-CDE, FSP, LCI, LUAR, MES, PRP-BR e no seu início PCP e 1.º de Maio) têm gerado muita discussão, posições antagónicas, e inclusivamente

a negação por parte da UDP de fazer parte dela.

Tentando analisar os factos cronologicamente, vemos assim logo no início, a recusa da UDP quando convidada, a fazer parte da Frente porque diz este partido, "não se sentam à mesa com partidos burgueses" e mais tarde, num comunicado, afirmaram que o PCP iria ter a hegemonia da Frente, e que portanto, todos os partidos que aceitassem fazer parte da Frente funcionariam como satélites daquele partido e às suas ordens. Disseram também que em vez da formação desta Frente, se devia era dar todo o apoio ao documento do COPCON.

Parece-nos que a análise que a UDP fez da Frente é completamente errada. É errada, primeiro porque a "hegemonia" do PCP sobre a Frente, não se verificou de maneira alguma. Antes pelo contrário, verificou-se o seu desmascaramento. Como tal, não se funcionou como satélites do PCP mas sim, como detonadores duma situação

que prova o oportunismo do reformismo, e as tentativas de controlo dum partido burocratizado.

Se a direcção do PCP passasse a ter na Frente um comportamento revolucionário cumprindo os pontos da plataforma de acordo, então é porque se transformaram... talvez pela necessidade de dar uma resposta às suas bases. E não se pode proibir ninguém de um dia se tornar revolucionário...

A UDP diz também que se deve é dar apoio ao documento do COPCON considerando-se assim com direito de expulsar, marginalizar quem muito bem entendem, - por os considerar "social-fascistas" quando o próprio documento do COPCON diz aceitar tudo até às bases do PS. Isto é daquelas contradições que seria bom os camaradas da UDP explicarem.

Ou será que querem escolher quem pode ou não apoiar o documento do COPCON, subs-

A proposta da esquerda

Simultaneamente, estava a ser elaborado o programa do COPCON. Surgiu essa proposta revolucionária respondendo à necessidade de unir a classe trabalhadora e aos justos anseios desta. Propõe medidas para ganhar os camponeses do Norte para a Revolução, focando com certo promeritor o problema da agricultura, defende objectivamente a independência nacional e consolida a existência de órgãos de vontade popular, dizendo a certa altura que "há pois que pôr de pé uma estrutura de organização de massas populares pela constituição e reconhecimento de conselhos

de aldeia, de fábricas e de bairros, que sejam os órgãos através dos quais os trabalhadores possam tomar decisões no sentido de resolver os seus próprios problemas"... "Estes organismos terão enfim que ser os verdadeiros órgãos de poder político, única barreira capaz de se opor victoriosamente à agressão fascista e imperialista".

Esta proposta de oficiais progressistas do COPCON foi a alternativa revolucionária de que a classe trabalhadora necessitava. Havia no entanto, necessidade de pôr esta proposta em prática, e de avançar na acção.

Como surge a frente

Depois de sucessivas provas de apoio popular, ao documento do COPCON, que vão desde largas centenas, senão milhares de

comunicados de comissões de trabalhadores, moradores etc. até à grandiosa manifestação de dia 20, - havia no entanto que unir na prá-

PROENÇA A NOVA



LUTA EXEMPLAR DE CAMPONESES POBRES

Concelho de Proença, 130 aldeias, nenhuma indústria importante, zona de minifúndio, 1 médico activo para todo o concelho, só duas aldeias electrificadas, um hospital que não funciona, miséria, muita miséria, pinheiros mesmo muitos pinheiros.

Os meios de subsistência são poucos, no concelho de Proença; os pinheiros, através da madeira e da resina principal fonte de riqueza do concelho.

O concelho tem um colégio na vila de Proença, que é propriedade da diocese. O Colégio, fundado com a intenção, não de promover a educação na região, mas sim com o fim de vir a constituir fonte de lucros para o bispado de Portalegre, veio a ser centro de acontecimentos de uma importância fundamental para o desenvolvimento da luta de classes da região.

Há já alguns meses, a população do concelho, considerando que o Colégio tinha sido construído pelo povo e que a educação não devia

estar ao serviço da exploração capitalista, decidiu ocupar o colégio, para o que contou com o auxílio "actuante" de uma equipa de Dinamização das Forças Armadas que se deslocou a Proença.

A mobilização da população para esta luta, permitiu abrir caminhos para a discussão dos muitos problemas do concelho entre os camponeses pobres do concelho.

O processo que se tem seguido à ocupação do colégio é de certa maneira exemplar. Ele mostra-nos como mobilizando de uma forma correcta os camponeses pobres, das zonas minifundiárias, eles se identificaram através dessa mobilização, com os objectivos do processo revolucionário conduzido pelo proletariado.

"REVOLUÇÃO" deslocou-se ao concelho de Proença para ouvir os obreiros desta luta. Tivemos um encontro com algumas dezenas de habitantes do concelho e discutimos com eles os seus problemas.

É esse encontro que a seguir relatamos.

DESPONTAR DO PODER POPULAR

A luta no colégio veio-nos mostrar que só nós podíamos resolver os nossos problemas. Começamos então a criar comissões de moradores. A medida que as comissões de moradores se iam formando, elas começaram a fazer as suas reivindicações junto da Comissão Administrativa. Mas a Comissão Administrativa era incapaz de dar resposta às comissões de moradores e como tal acabou a C.A. por demitir-se.

Uma vez que a C.A. estava demissionária, o Governo Civil estendeu, juntamente com o Ministério da Administração Interna, nomear para a comissão Administrativa da Câmara o aspirante Correia.

A minoria de sempre, não aceitou a nomeação do aspirante Correia, fazendo grandes pressões junto do Governo Civil, dizendo que o aspirante Correia era comunista, tinha estragado a educação dos alunos do colégio e portanto tinha que ser afastado

Essa minoria continua a pensar nos termos da política do antigo regime, em que eram sempre meia dúzia de fascistas que nomeavam e desnomeavam.

As comissões de moradores sentiam verdadeiramente o problema do colégio e a criação do ensino oficial, lutam por ele e compreendem que têm de lutar também pela conquista do poder da Câmara Municipal, nos órgãos locais, para que os dinheiros públicos não mais sejam gastos nos centros mais desenvolvidos como na vila, em despesas que não beneficiam os pobres. As despesas têm de ser feitas nas povoações onde não há água, luz, estradas, etc.

Essas necessidades só começaram a ser satisfeitas quando a Câmara estiver ao serviço do povo.

Devido a isto, a tal minoria opôs-se à conquista do poder por parte das Comissões de Moradores e consegue que o aspirante Correia fosse afastado.

Face a isto as C. M. e as respectivas populações tentaram que o aspirante Correia retomasse as suas posições uma vez que era ele quem verdadeiramente defendia os interesses das populações e das classes mais desfavorecidas.

Essa minoria conseguiu mobilizar uma manifestação na qual foram agredidas algumas pessoas progressistas, indivíduos mais novos e por isso automaticamente acusados de comunistas, e que portanto tinham de ser corridos e eliminados; fizeram-se ameaças e provocações etc.

O que realmente se passa é que essa minoria do nosso concelho - continua a servir-se do anti-comunismo para esmagar a organização popular e dissuadir as pessoas de fazerem as suas reivindicações que são as mais justas e razoáveis.

Depois dessa manifestação nós quisemos provar a essa minoria que a vontade da maioria não era a deles, de tal maneira que se fez u-

COLÉGIO — INÍCIO DE UMA LUTA

REVOLUÇÃO: — Como começou a vossa luta?

No concelho há um só colégio que foi construído pelo povo e é propriedade da Diocese de Portalegre. O colégio era explorado para lucro do bispo o que não satisfazia as populações. O povo começou a organizar-se reivindicando que o colégio passasse para as mãos do MEC. Depois de terem sido feitas uma série de manobras posteriormente ao 25 de Abril, no sentido de pretender democratizar, mas só aparentemente o colégio e a vida no colégio, os alunos perceberam que se tratava apenas de uma democratização fantocbe. Então graças ao auxílio de uma equipa de Dinamização das Forças Armadas que se deslocou aqui, houve uma assembleia geral no dia 29 de Janeiro de 1975 em que foram demitidos o Padre Sousa e outro professor.

O processo no Colégio começou então a tornar-se cada vez mais intenso. A ideia da passagem do

colégio a estabelecimento de ensino oficial, opôs-se apenas uma minoria. Hoje estamos ainda numa situação em que o ensino oficial não foi criado, estando contudo o colégio entregue ao MEC que nomeou um gestor. Estamos a aguardar a todo o momento que o MEC a quem cabem as culpas de toda esta demora, resolvesse o problema definitivamente.

Sabemos por uma sindicância que foi feita ao colégio que a Diocese não gastou um tostão na construção do edifício.

O gestor, professor Adelino Cruz, disse-nos que no fim do ano lectivo depois de pagas todas as despesas, ainda há 900 contos de dois subsídios do MEC para subsidiar os estudos dos alunos até ao 4.º ano. Antes da ocupação os subsídios ficavam automaticamente na Diocese.

Atenda-se ainda que depois de Janeiro, os alunos do 5.º ano não pagam nada.





PROENÇA A NOVA

LUTA EXEMPLAR DE CAMPONESES POBRES

ma manifestação que corria em princípio em absoluta ordem e em que uma das reivindicações era a presença do aspirante Correia já de imediato na Comissão Administrativa da Câmara.

Entretanto a situação é esta: a população continua a reivindicar a satisfação dos seus interesses tão prioritários, que são fundamentais, que é a água, luz, esgotos, caminhos, estradas e não permitem

de maneira nenhuma que esses senhores se apoderem dos poderes da administração do nosso concelho, de maneira que os dinheiros públicos revertam a seu favor.

Há uma tensão social bastante densa e que só poderá terminar quando o poder popular, a gestão administrativa da Câmara e dos outros órgãos do poder forem entregues ao povo.

damente as principais. Nós verificamos que essa Tal minoria que se opõe à organização popular a título de anti-comunismo é uma organização partidária - que são o PPD e CDS e não só. Desde longa data que se têm vindo a manifestar contra a organização popular.

Depois da manifestação que fizeram, inclusivamente no próprio dia eles tinham tudo de tal modo organizado, que uns tocaram o sino e outros saíram para a rua. Note-se que houve um cérebro que não era de cá. Talvez fossem ELPistas, mas de cá é que não eram.

Um dos aspectos que começa a criar maior confusão nas pessoas, que são tradicionalmente católicas, é o facto de que precisamente os elementos do clero pelo menos a maioria dele, estarem à cabeça da reacção. Assim o povo pergunta onde está a caridade tão apregoada? Se a caridade só serve para pôr moedas na bandeja então não vale a pena. Onde está o espírito de caridade e o espírito de fraternidade e o sentido da justiça?

-Alguns elementos do clero, nomeadamente o vigário passa a ter tpo pelo povohcomohuma pessoa que faz muito mais política e gasta os dinheiros que os paroquianos lhe dão, em política, propaganda e não em fazer autentica religião.

- O pader dizia na Igreja, antes das eleições, coisas como estas: "Vale mais votar no PPD, do que ir a Fátima a pé" Vale mais ser um bom fascista do que um meio-socialista"



VOTA no PPD que vais para o Céu, já tem a seta apontada para o ar".

- Os "fachos" estão bem organizados e "dão" tudo por tudo para espezinhar os trabalhadores, e a isto só poderemos responder com a

violência. Só assim conseguiremos ver resolvidos os nossos problemas.

No final da discussão, os habitantes das aldeias do concelho de Proença-a-Nova que contactámos expressam o desejo de que os militares que lá estiveram nas campanhas de Dinamização, voltem.

Afirmava-se que os militares que lá tinham estado não foram só para discutir. Ajudaram os camponeses pobres em obras que os beneficiaram e deram sempre um incentivo actuante à organização das comissões de Aldeia.

Em Proença-a-Nova, como em todo o país em que os explorados estão em luta, a questão que se põe é a da tomada do poder.

Para tal é necessário que os trabalhadores se organizem e elejam Conselhos Revolucionários nas Aldeias, nas Fábricas, nos Quartéis. Só assim a revolução triunfará.



DESENVOLVIMENTO DO PODER POPULAR

REVOLUÇÃO: Qual é o nível de organização popular a que vocês já chegar.

- No nosso concelho existem 130 aldeias e temos à volta de 60 comissões de moradores. Não é que cada aldeia tenha uma Comissão de Moradores pois há aldeias muito juntas umas das outras e por isso reúnem-se numa só comissão.

Toda essa organização partiu sempre da iniciativa das mesmas populações. As outras aldeias es-

tão também interessadas em formar comissões de moradores. E estamos a trabalhar neste sentido para que na próxima assembleia geral das aldeias, já possa deliberar por todo o concelho. Mas a partir desse momento nós pretendemos que o órgão máximo do nosso concelho seja precisamente a Assembleia Geral das Comissões de Moradores, que se reunirá conforme normas a estabelecer e que elegerá o Concelho de Aldeias.

A RESINA — RIQUEZA PARA ALGUNS OPRESSÃO PARA MUITOS

REVOLUÇÃO: - Como vêm vocês a criação de uma cooperativa dos produtores de resina?

- Muitos de nós, o que cultivamos não nos dá para comermos o ano inteiro. Temos de trabalhar como carpinteiros pedreiros etc. Muitos vivem da resina. Mas somos explorados por intermediários.

O preço de venda da resina é estabelecido só pelo intermediário que a paga ao produtor ao preço que quer e quando quer.

Os intermediários não querem que nós formemos uma cooperativa.

Outros tipos de cooperativa seriam mais difíceis de montar aqui porque o povo ainda não sentiu a necessidade delas, mas quanto à cooperativa da resina não n ao há

quem se oponha à criação na medida em que as pessoas sentem que estão a ser exploradas vergonhosamente nesse aspecto.

- Há já três tipos distintos de exploração e comercialização da resina.

- Indivíduos que fazem a exploração individualmente desde a colheita, excepto o transporte. Outros estão sujeitos à função de intermediários, desde a colheita, fazendo o pagamento como atrás se disse. Mas há uma aldeia em que o povo se organizou, correram com os intermediários, arranjaram um vasilhame e inclusivé o transporte são eles que o fazem.

Isto poderá ser utilizado como informação no concelho para que se desenvolva o espírito cooperativista.

TAMBÉM EM PROENÇA A REACÇÃO ATACA

REVOLUÇÃO: - Que forças partidárias têm tentado boicotar as iniciativas para a criação e desenvolvimento do poder popular?

- As C.M. e toda a organização popular que existe trabalham apartidariamente. O povo apenas se organiza e reivindica a satisfação das suas necessidades nomea-

CINCO ASSEMBLEIAS MILITARES NUMA SEMANA

A CRISE NÃO SE RESOLVE COM ASSEMBLEIAS

Na sequência da decisão tomada pelo Presidente da República em fins de Agosto de convocar a as-

sembleia do MFA para a semana passada o país assistiu no curto prazo de 5 dias à realização de 5

assembleias, duas do Exército, uma da Armada, uma da Força Aérea e finalmente uma do MFA.

Golpes de gabinete

Dado que a 5.ª Divisão havia sido extinta no passado dia 26, passou a competir aos Chefes dos Estados-Maiores a elaboração das listas com os membros que compunham as respectivas assembleias de ramo, tarefa esta que, até então, competia ao secretariado da 5.ª Divisão, razão porque a referida nota da Presidência da República contribuiu objectivamente, e a dois níveis, para o reforço das direitas, e isto porque:

1) Ao atribuir aos Chefes dos Estados-Maiores a elaboração das listas dos militares presentes nas assembleias dos diferentes ramos e, acto contínuo, na do MFA, Costa Gomes provocou uma substancial e significativa alteração para a direita nas assembleias a realizar, uma vez que eram já sobejamente conhecidas as posições direitistas dos Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea, respectivamente Carlos Fabião e Morais e Silva.

2) Ao nomear Vasco Gonçalves

para o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), simultaneamente com as decisões referidas no ponto anterior, Costa Gomes parece pretender conciliar o inconciliável: nomeia o ex-Primeiro-Ministro para CEMGFA, quando sabe que a nova Assembleia do MFA tem uma composição reacçãoária.

A partir daqui tudo o que veio a suceder foi perfeitamente lógico e claro — a Assembleia do Exército formada a partir de manobras anti-democráticas e dos já usuais golpes de gabinete, exigiu a demissão do indigitado C.E.M.G.F.A., entendendo ainda que não era correcta a composição da assembleia do MFA (será que ainda queriam votações mais à direita?!); a assembleia da Força Aérea subordinou-se às decisões da do Exército, tendo a da Armada, que continua controlada pelos reformistas, parido um ridículo comunicado que ameaçava o "Jornal Novo".

Sabendo de antemão que se encontravam em posição

largamente minoritária e que tinham de lutar contra os social-democratas e os muitos oficiais reacçãoários que existem no interior do MFA, os militares revolucionários consciencializaram-se que a resolução da actual crise política-militar não passa por assembleias que, constituídas em manobras de gabinete, têm no seu seio militares reacçãoários que demagogicamente se dizem socialistas.

Daí que como dizia um vespertino no passado dia 6, um dos militares presentes em Tancos tenha afirmado que "tudo o que o Spínola quer está implícito neste comunicado, mesmo que não venha lá escrito".

Por outro lado, o capitão Matos Gomes, oficial que pediu a transferência dos comandos da Amadora para outra unidade por entender que não existe vida democrática dentro daquela unidade, entende que se deve "lutar com todas as armas mesmo que nos prendam ou demitam".

A Assembleia do MFA



É enquadrada e inserida neste ambiente, que se reuniu na passada sexta-feira a assembleia do MFA, a qual surge deste modo com o desfecho natural dos acontecimentos que a antecederam. Apesar de contestado, Costa Gomes mantém a convocação da assembleia para a data prevista, não sem que, entretanto, com menos de 24

horas de antecedência, seja convocada uma nova assembleia do Exército que mais não fez que ratificar as suas decisões de alguns dias antes.

Composta pelos 60 elementos da Marinha, 47 do Exército, (linha Vasco Gonçalves e esquerda revolucionária), e por meia dúzia de elementos da Força Aérea, a as-

sembleia do MFA de Tancos constitui a prova provada que o MFA já nem sequer se consegue reunir em Assembleia, tal é o estado da desagregação a que chegou, devido à luta de classes que, como não podia deixar de ser, dividiu e extremou o que há já uns meses não estava muito unido.

De resto para quem tivesse estado em Tancos, era bem visível a tensão existente entre os militares, os quais nem sequer pretendiam escondê-la, tendo mesmo alguns deles (Major Aventino e capitão - Castro), chegado a ponto de, irresponsavelmente, especularem perante os jornalistas com as divergências existentes.

Como resultado de tudo isto formou-se um Conselho da Revolução (provisório, claro!), de tendência claramente direitista, a qual veio a ser reforçada na sua reunião da passada segunda-feira, com a inclusão de Victor Alves, Melo Antunes e Costa Martins.

Por outro lado, as medidas repressivas que o Conselho da Revolução anunciou na referida reunião, são bem a prova do clima que a social-democracia pretende generalizar.

A Social-Democracia no poder?

Entretanto o governo social-democrata que Pinheiro de Azevedo tem pretendido formar (e será possível que o PC, apesar de todas as suas contradições, alinhe com um partido — o PPD — cujos dirigentes exigem a dissolução do MFA e do Conselho da Revolução?), deverá também ajudar, caso se chegue a formar, a dar o passo à direita que o capitalismo nacional e internacional tanto anseiam para que, acto contínuo, se volte a implantar em Portugal o fascismo, para mais com características ainda mais repressivas que aquelas existentes antes do 25 de Abril.

No entanto, e até porque os militares revolucionários sabem que a luta entre os oficiais burgueses nada tem a ver com a resolução dos problemas da classe operária, é da unidade revolucionária entre os civis e militares verdadeiramente interessados na construção do Socialismo que há-de nascer a vanguarda revolucionária dos trabalhadores deste país, por muito que isso custe a engolir aos militar-

es burgueses que se deglariam na ambição de exercerem o poder.

Além disto, caso a social-democracia chegue a tomar conta do poder político, há um elemento que os próprios dirigentes social-democratas temem: é que um poder político social-democrata não será acompanhado por um poder militar da mesma natureza, dado que os revolucionários permanecem firmes na sua disposição de, lado a lado, com os civis revolucionários, levarem por diante um Governo Revolucionário que seja capaz de efectivar a aplicação imediata do programa do COP-CON.

Assim, tudo o indica, a existência de um governo social-democrata — que terá certamente uma política bem mais antipopular e repressiva que aquela que tiveram os governos provisórios presididos por Vasco Gonçalves — será um factor importantíssimo na agudização das contradições actualmente existentes, uma vez que aumentará imenso o fosso existente entre o poder político e o poder dos militares revolucionários.



ANTE-PROJECTO DO PROGRAMA DO PRP-BR

INTRODUÇÃO

A partir deste número do jornal "Revolução" passam-se a publicar os vários capítulos do ante-projecto do programa do PRP-BR que neste momento circula nas bases deste partido. O ante-projecto foi feito pela direcção, mas sobretudo foi elaborado por grupos de trabalho directamente ligados com os problemas versados. Os grupos de estudo não são portanto élités de militantes, desligados da realidade, mas grupos de acção, que escrevem sobre o que é a sua experiência de todos os dias: organização, ensino, habitação, saúde, etc.

Alguns capítulos estarão portanto escritos de forma inacabada. Pondo este ante-projecto a público pretende este partido que ele seja discutido fora da organização, entre os trabalhadores. E pretende também que críticas e novas propostas cheguem ao PRP-BR, no sentido de ampliar o mais possível a discussão e de ventilar a nossa própria experiência. Esperamos essa contribuição de todos aqueles que, não sendo agora militantes, possam ser simpáticos ou amigos do PRP-BR. Ou ainda aqueles que estão interessados em discutir um programa revolucionário de e para os trabalhadores.

Publicando este projecto de abre um debate que se quer criar. E põe à cabeça determinados problemas.

1 Fazer um programa para a Revolução Socialista, quando se pensa em termos de materialismo dialéctico, é pôr tudo em causa. Não se pode aceitar como modelo a experiência e a prática de outros países e de outras revoluções. Não pensamos que esteja na posse de teoria revolucionária quem souber de cor os textos dos clássicos marxistas, que a maior parte das vezes escreveram em relação à situação concreta do país em que estavam, no momento em que estavam. E pensamos que é um papaguear ridículo a repetição de textos escritos por personagens da história do movimento operário a propósito de outras situações. Pensamos que essa invocação de textos "sagrados" tem muito a ver com a religião, e com o mesmo tipo de alienação que leva os crentes ao respeito indiscutível da letra dos livros considerados sagrados, sem admitirem desvios nem outras interpretações que não sejam as estabelecidas pela igreja em causa. Nesse aspecto muitos dos cristãos modernos estão mais libertos do seu sagrado do que enorme número de ditos "marxistas" em relação ao seu novo sagrado.

A sacralização dos escritos marxistas, a impossibilidade de pôr em causa os respectivos autores, a transposição grotesca de outras experiências revolucionárias, tem conduzido a uma paralisação teórica que não só atinge as cama-

das da pequena burguesia intelectual responsável por esse fenómeno, como atinge também as massas operárias onde esta paralisação da inteligência se vem a reflectir sob a forma de um fanatismo que nada tem a ver com o socialismo e o comunismo. E isto aplica-se a "marxistas" de toda a ordem desde revisionistas a maoístas.

Declaramos portanto que para nós não há deuses. Nem Rosa Luxemburgo, nem Mao Tsé-tung, nem Trotsky, nem Engels ou Marx são para nós indiscutíveis. Estes e muitos outros deram um contributo importante para a teoria e para a prática do processo da Revolução

proletária. Mas estamos dispostos a pôr todos em causa. Muitos dos seus textos aplicavam-se à realidade da sua época, que, repetimos, só por coincidência se pode assemelhar à nossa. E quanto aos textos teóricos que não se aplicaram à prática imediata, como é o caso da maior parte das obras de Marx e Engels, estamos dispostos a reavaliar as suas conclusões no confronto com a realidade do processo histórico que se lhes segue.

2 Nada é sagrado. Tudo é posto em causa. Que o conhecimento do marxismo não equivala à religião do marxismo. Não respeitamos os racionalistas, que no século XIX criavam o "templo da ciência" e o "templo da razão", construindo igrejas de culto à razão para se oporem à religião...
Há portanto que analisar a situação concreta portuguesa, nos seus aspectos económicos sociais e políticos, de modo a desenvolver a teoria revolucionária aqui. E nesse aspecto a situação é preocupante, pois que nem há teoria revolucionária que corresponda à prática, nem os que têm a prática são, na maior parte dos casos, os que teorizam.

E não basta que a compreensão teórica deste processo seja traduzida em directivas de acção prática; é necessário que grande parte da classe assuma a compreensão revolucionária deste momento. Só da convergência destes dois factores

de atender a problemas que adivinhámos no futuro e que se esboçam desde já. Será isto um acto de voluntarismo? Mas parar seria perder a grande oportunidade de vitória.

3 Há no entanto problemas que se levantam e sobre os quais é bom que não se passe. E são os problemas relacionados com o poder, no futuro, que desde já podemos programar. Ao pretendermos destruir a actual estratificação em classes — proletariado burguesia — temos que criar as bases para que uma nova estratificação não nasça. Assim a estratificação baseada na exploração do trabalho sob a forma capitalista pode ser substituída por uma divisão que dê origem a outras categorias como seja: trabalhador rural, operário — aristocracia operária, burocracia. Esta escala pode representar efectivamente uma escala correspondente de privilégios, que desde já é necessário

pode nascer a tomada do poder pelos trabalhadores.
E a verdade é que não tem havido uma criação teórica, uma análise teórica, correspondente à prática existente desde o 25 de Abril. E homens da prática revolucionária, so militantes das lutas de massas não se têm debruçado eles próprios sobre a realidade com olhos de análise e de criação de uma alternativa teórica. Tudo se tem passado como se a prática posterior ao 25 de Abril não desse tempo ao desenvolvimento da teoria revolucionária. Um processo demasiado rápido? Mas não é possível parar a realidade objectiva para poder reflectir. A urgência de actuar sobre a realidade e criar a alternativa revolucionária impede-

hã manutenção da forma alienantes de trabalho?

4 A necessidade de desenvolvimento industrial será compatível com a libertação de certas formas de escravatura ligadas ao ritmo e às formas de trabalho na fábrica?
Por outras palavras: haverá ou não algumas gerações, em relação às quais se determina firmemente que há sectores explorados e que

5 Mas, para além das superestruturas actuais, incluindo as partidárias, para além do que se vislumbra na situação, o que existe é um

movimento imparável do proletariado na sua luta pela sociedade sem classes e que neste momento em Portugal atinge um ponto de ruptura.

impedir, com soluções conjuntas. A experiência histórica de outras revoluções servir-nos-á para não repetirmos certos erros e para aproveitarmos as experiências positivas.
Neste sentido há que pôr em causa a própria divisão entre dirigentes e executantes. Mesmo que os primeiros sejam eleitos e representativos, tendem a perpetuar a sua condição e a criar estruturas que o justifiquem. A existência de dirigentes é ou não é uma condição suficiente para o aparecimento da burocracia?
É necessário que a estrutura social garanta que não há uns tantos homens e decidir pelos outros homens, mas que todos os homens decidam.

Para estas perguntas procuremos resposta. E possivelmente não temos soluções. Mas é preferível considerar que os problemas existem e a todo o momento revê-los, do que passar-lhes ao lado e triunfalisticamente dizer que não existem. Considerá-los é o primeiro passo para acabar por encontrar uma solução

Continua na p. 8

ANTE-PROJECTO DO I

INTRODUÇÃO

Em Portugal estão criadas condições para a Revolução Socialista. Joga-se neste momento e neste país a possibilidade de uma vitória ou de uma derrota para o proletariado que terá efeitos incommensuráveis à escala mundial.

As contradições criadas aqui pelo imperialismo foram geradoras de condições para a Revolução Socialista. País com bastante desenvolvimento das forças produtivas em alguns sectores, mas submetido a uma mão-de-obra barata, pela dependência económica país colonizador e colonizado: finalmente país geograficamente europeu (com as suas consequências ao nível político, económico, social e cultural) mas com algumas características de Terceiro Mundo.

O derrubamento do fascismo no 25 de Abril veio criar novas condições para que rapidamente se caminhasse para a Revolução Socialista. O desmantelamento do aparelho repressivo, sem que outro fosse criado, (como aparelho), facto impar no mundo. A evolução com rapidez imparável das Forças Armadas e do Movimento das Forças Armadas, porque envolvidas a fundo no processo. A ultra-fragmentação do poder político. A existência de múltiplas tendências no aparelho do Estado. Finalmente, pela existência destas contradições e pelo estado de grave crise económica, o processo possibilitou o desmascaramento e a falência de todas as falsas soluções. Foi assim que ao longo de um ano saíram rapidamente derrotadas as hipóteses populistas de salvação da pátria (tipo Spínola), social-democratas, visando o desenvolvimento capitalista em democracia

burguesa, reformista. Com soluções a meio termo (planos económicos de emergência do PS e do PC, o P.E.S.T. (Plano Económico Social de Transição) de Melo Antunes, dos quais já ninguém fala). Finalmente a hipótese de capitalismo de Estado, tendo como objectivo as actuais

É assim que se chega à situação de crise, durante a qual o "Documento dos 9" surge como peça política para jogar um papel aglutinador da direita. Como programa não aponta nada; é um antiprograma. Tem no entanto o suficiente para dizer, pela negativa, que rejeita o poder dos trabalha-

Este programa é uma aposta na capacidade de analisar e transformar as situações num ponto de vista revolucionário e é uma aposta na força da organização e da luta dos trabalhadores.

Os trabalhadores, que iogo no mês de Maio de 1974 fizeram cerca de uma centena de greves por todo

tomar uma decisão grave para a história do seu futuro. Para a história do seu inexorável caminho para a decadência.

Hoje aqui em Portugal, pelas contradições do processo, pelas condições económicas, sociais e políticas, o PRP-BR põe como objectivo a Revolução Socialista no mais breve espaço de tempo. E põe-no com orgulho de ter sido a primeira organização a ter este objectivo no seu programa. Acusada e caluniada (também por isso de "esquerdista" e "aventureira", não pode deixar passar sem ironia que os defensores da "via democrática", da "Revolução Democrática e Nacional", da "Revolução Democrática e Popular", da "via socializante", tenham que engolir (e desta vez sem protestos) a "Revolução Socialista" que surge na linguagem quotidiana numa boa e representativa parte dos militares no poder.

Igualmente reivindica este partido o ter levantado pela primeira vez o problema da Revolução cultural neste país. É com prazer que o vê agora propagado, embora pense que há que fazer uma larga discussão a propósito deste conceito, equacionado pelo partido comunista da China em 1919, a propósito de problemas desse país, que nada tem a ver com os nossos.

Pondo como objectivo a Revolução Socialista, o PRP-BR nega que ela esteja a decorrer neste momento em Portugal, pois que necessitamos para tal de quatro factores ao nível económico — nacionalizações, gestão colectiva, planificação e desenvolvimento — e apenas o primeiro se vai realizando, faltando todos os outros, com o respectivo correspondente ao nível social e político.

Para atingir o objectivo da Revolução Socialista há pois que discutir questões de tática imediata, que se põem sobretudo no plano da luta pelo poder e da luta contra o imperialismo. Nesse aspecto o PRP-BR vê como única alternativa a criação de Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, eleitos nas bases, e portanto unitários e partidários. E vê-os como órgãos de luta pelo poder, de luta contra o imperialismo e de exercício do poder.



nacionalizações, geridas por um aparelho de Estado militar ou civil (com partidos significando conciliação de todas as classes) está a ser ultrapassada por necessidade que o próprio poder sente (por necessidade de produção) dum gestão nascida no seio dos trabalhadores e pelas contradições provocadas pelo processo eleitoral. A hipótese social-democrata de esquerda posta de pé pelo resultado eleitoral é de tal modo inviável sob o ponto de vista económico, que só se joga um papel a considerar nas contradições da superestrutura política.

O processo em si tem assim demonstrado a impossibilidade das falsas soluções.

dores e para propor, pela positiva, a intensificação das relações com a Europa. Tanto basta para o apreentarem como proposta de direita.

Três dias depois da sua publicação apareceu a "proposta de Trabalho dos Oficiais do COPCON" à volta do qual se fez a grande unidade revolucionária. Foi um instrumento para travar o passo ao "Documento dos 9", e foi um projecto revolucionário para a mais ampla unidade. E a existência deste projecto que determina a evolução posterior dos acontecimentos.

Esta proposta de trabalho, no entanto, sendo feita para constituir uma plataforma de unidade, não pode ser coincidente com um programa partidário.

O programa do partido tem de ser muito mais definido e ir muito mais além nas suas propostas. E por essa maior definição que os militantes se devem bater nas estruturas unitárias.

Por outro lado, o programa do partido como instrumento teórico deverá levantar problemas da sociedade mais próxima ou mais longínqua, previsíveis na análise concreta da realidade actual e que os revolucionários têm de transformar. Tal não sucede num programa unitário que é um programa de tarefas a curto ou a médio prazo.

o país, demonstraram daí em diante que estavam dispostos a lutar até conseguirem os seus objectivos.

Nem o paternalismo spinolista, nem os arremedos de repressão militar dos primeiros tempos, nem a calúnia e a divisão fomentada pelos reformistas conseguiram parar os trabalhadores. Nunca o fascismo conseguiu paralisar os trabalhadores portugueses que sempre encontraram formas próprias de, na clandestinidade, ir travando o seu combate. O ano que precedeu o 25 de Abril de 1974 foi um ano de lutas, muitas delas vitoriosas, travadas pelos trabalhadores organizados unitária e clandestinamente nos locais de trabalho. As liberdades trazidas pelo 25 de Abril trouxeram a explosão à luz do dia da força de classe que rapidamente se organizou. A assembleia de local de trabalho e as comissões eleitas ultrapassaram todos os quadros sindicais ou partidários.

O europeu "desenvolvido", situado no centro da economia, da informação, da política, da "cultura", olha para Portugal e conclui que afinal este país existe e que talvez não seja uma província de Espanha.

O imperialismo, derrotado na Indochina, olha para Portugal com a preplexidade de que tem de



PROGRAMA DO PRP-BR

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Chegámos à queda do fascismo com um longo historial de heróis e de mártires da classe operária, mas com organizações partidárias muito pequenas em relação à população trabalhadora portuguesa. A legalidade e o jogo eleitoral vieram pôr a claro o vazio partidário da grande massa de trabalhadores, vazio que teve uma das suas expressões no voto socialista, visto que ninguém pode negar a inexistência do PS antes do 25 de Abril. Mas a existência de grandes organizações partidárias não é condição necessária para a Revolução Socialista, nem para a organização de massa das classes trabalhadoras. A experiência histórica mostrou-nos que nem a revolução soviética nem a cubana necessitaram de grandes partidos (no último caso nem de grandes nem de pequenos) para a organização das massas e para a tomada do poder. O partido bolchevique tinha 3 mil membros num enorme país de milhões de habitantes aquando da Revolução de Outubro.

Em Portugal a pequena presença dos partidos (devido sobretudo à dureza da organização clandestina) não impediu que após o 25 de Abril a classe operária explodisse em organização autónoma, que se tornou a cabeça das movimentações de massas.

O PRP-BR, partido de quadros extremamente restrito e reservado antes do 25 de Abril, sobretudo de-



vido à prática de violência, que requeria cuidados extremos no recrutamento, e que implicava compartimentação e centralização (que deu os seus frutos) era composto por militantes excepcionais da classe, quadros muito avançados na consciência de classe, cuja opção se punha não em termos de liberdade ou prisão mas sim de vida ou de morte. Talvez por isso nunca foram presos militantes das Brigadas Revolucionárias, mas dois deram a vida.

Após o 25 de Abril, este partido confrontou-se com uma alteração quantitativa e qualitativa. Ao mesmo tempo que os seus militantes se puseram ao serviço da organização

autónoma, o seu alargamento deu-se à custa de elementos destacados da classe, de militantes da organização autónoma dos trabalhadores. Esta nova qualidade deste partido é uma expressão da relação entre o partido e a organi-

PARTIDO E ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA

Aqui tem de haver um espaço para se compreender que o partido e a organização estão em mudança constante e que vão evoluindo de acordo com a situação objectiva. Há pois que analisar a relação

autónoma, mas será no decorrer do processo revolucionário e da construção e amadurecimento da organização autónoma, que se porão as grandes questões da relação dialéctica entre uma e outra forma de organização.

entre o partido e a organização autónoma na sua própria evolução, o que impede que constantemente se refiram as funções e características de cada um.

As comissões de trabalhadores — m.

eleitas após o 25 de Abril toram brgãos de poder dos trabalhadores, mas para efeitos quase que exclusivamente sindicais, isto é reivindicativos. Embora algumas delas tenham posto problemas políticos, como o saneamento, nunca puseram o problema do poder político à escala nacional, isto é a tomada do poder pelos trabalhadores. E das duas, uma: ou se rejeita a hipótese da Revolução Socialista agora e aqui; ou então aceita-se, e o problema do poder para os trabalhadores tem de ser posto. Não há Revolução Socialista com delegação de poder por parte do proletariado nas mãos de oute-



O PODER — OS CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

E é aqui que o problema de formação de conselhos revolucionários se põe. Os brgãos representativos da classe têm que ser eleitos por ela nos seus locais de trabalho. Nenhum partido ou entidade se pode dizer representante dos trabalhadores. São os conselhos eleitos em cada local de trabalho são os legítimos representantes dos trabalhadores dessa unidade de produção. Por sua vez terão de obedecer estritamente às deliberações das assembleias e perante estas terão que responder. Por esse mesmo motivo são revogáveis a todo o momento. Não há forma nem mais democrática nem mais revolucionária de representatividade.

Acontece ainda que neste país, como em todos aqueles em que se construiu ou se construirá o socialismo rodeado pelas forças imperialistas, o povo inteiro tem de estar armado e organizado para a defesa contra o inimigo. Contra as poderosas armas do imperialismo só a força e a organização revolucionária de toda a população trabalhadora pode sair vitoriosa como demonstraram os êxitos e as derrotas dos últimos anos. Em Portugal, essa organização do exército revolucionário tem de tomar em linha de conta as actuais Forças Armadas e o M.F.A., porque contém dentro de si homens ou mesmo estruturas pro-

ANTE-PROJECTO DO PROGRAMA DO PRP-BR

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

fundamente envolvidos no processo revolucionário. Por outro lado os soldados e marinheiros têm de tal modo vivido o desenrolar e as contradições do processo, que lhes tem sido dado assumir progressivamente o seu papel de verdadeira vanguarda. De modo que a progressiva criação de um exército revolucionário tem de tomar em linha de conta os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores e os Conselhos Revolucionários de Soldados, Marinheiros e oficiais re-

volucionários constituídos dentro das actuais F.A.

Os Conselhos de trabalhadores, soldados e marinheiros são a única possibilidade concreta da conquista do poder pelos trabalhadores. São a única possibilidade concreta de defesa contra o imperialismo. São a única possibilidade concreta das necessárias planificações, gestão colectiva e batalha do desenvolvimento. São a única possibilidade da Revolução Socialista.

prática revolucionárias. Sem partido todas as lutas do proletariado caminham para o suicídio a curto ou a médio prazo.

Existindo no mesmo tempo

pela classe por lhe merecerem confiança, pelas suas posições de vanguarda, pela sua combatividade. Mas existindo neste mesmo tempo histórico vários partidos que

homens e mulheres, que sendo embora militantes da classe não fizeram opções partidárias. A constituição dos conselhos revolucionários significará assim que as bases dos partidos estão muito mais próximas do que as suas cúpulas, ou que há bases que não têm nada a ver com as cúpulas.

Que linha é que defendem os militantes do partido nas assembleias? Naturalmente que defenderão a linha do seu partido; não tem uma orientação num lado e outra noutro. Mas uma vez tomadas as decisões em assembleia geral de trabalhadores os militantes partidários terão de se submeter à maioria e se forem eleitos para um conselho terão de cumprir a orientação da assembleia e não a do partido. E aqui se excluem todas as manobras e jogos paralelos tendentes a fazer inflactir as decisões colectivas. Toda a luta ideológica deve ser feita abertamente e cara a cara na presença de todos os trabalhadores.

E isto é válido para o presente e para o futuro.

DITADURA DO PROLETARIADO



Como órgãos de conquista, de defesa e exercício do poder são eles que exercerão a ditadura do proletariado. Na sociedade capitalista, a burguesia exerce o seu domínio sobre o proletariado servindo-se de um poderoso aparelho de estado técnico-administrativo e repressivo. Esta ditadura que pretende garantir que se mantenham as relações de exploração, pode apresentar-se sobre a forma democrática ou autocrática, mas é sempre ditadura. Quando o proletariado toma o poder, tem que ter ao seu serviço um igualmente poderoso aparelho de Estado, para conter à burguesia recentemente derrotada, com todos os seus apoios internos e externos.

durarem vestígios da sociedade de classes. Sem esse aparelho de Estado exercendo a sua ditadura sobre a burguesia, o proletariado será derrotado. Como é óbvio discordamos profundamente neste ponto dos camaradas anarquistas, que negam o Estado e a Ditadura do Proletariado. Por motivos idênticos negam a necessidade de Partido. Uma e outra posição conduzem à derrota do proletariado, ou demitem-no mesmo de qualquer vitória, o que significa que o poder para a classe não é posto em termos concretos.

Aqueles que põem em causa o projecto da ditadura do proletariado fazem-no apoiando-se em exemplos de países em que a ditadura do proletariado se transformou em ditadura dum partido, exercendo-se não só sobre a burguesia mas e sobretudo, sobre o próprio proletariado.

O projecto dos conselhos tem de defender até às últimas consequências que o poder seja exercido por órgãos eleitos e representativos da classe. A ditadura será de classe e não de um partido. Será portanto dentro dessa classe a maior das democracias.



histórico o partido e os conselhos, os militantes do partido é natural que estejam organizados nos conselhos. E mal irá o partido se os seus militantes não forem eleitos

se reclamam da classe operária e natural é também que surjam militantes desses vários partidos nos conselhos. E sobretudo surgirão

O PARTIDO E A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA NO EVOLUIR DO PROCESSO

Uma condição é necessária para que os partidos em Portugal passem a ser reduzidos à sua simples condição: Impedir que recebam dinheiro do estrangeiro. A mudança da moeda e uma rigorosa fiscalização monetária secará a fonte dos grandes partidos como actualmente as alterações da estrutura económica estão secando as fontes dos clubes de futebol. Assim os aparelhos partidários — sedes, burocracia, funcionários, propaganda — que vivem da inspiração de variadíssimas estratégias internacionais, vão murchar como plantas sem água. Esse será um grande benefício para este país.

A América, a Suécia, a Rússia ou a China serão servidas nas mais diversas variedades de "vontade de servir o povo português". E quem quiser ajudar o povo português, que dê o dinheiro ao povo português todo e não a uma ínfima parcela.

Este elemento modificará enormemente a estrutura actual dos partidos. Outros transformar-se-ão e terão que se submeter à força do movimento proletário.

O PRP-BR manter-se-á para além da tomada do poder pelos trabalhadores, através dos seus órgãos soberanos e para além do estabelecimento da ditadura do proletariado.

O PRP-BR nunca recebeu um tostão de qualquer país estrangeiro, nem nunca procurou impingir um modelo estrangeiro, nem nunca procurou impingir um modelo estranho. É um partido pobre e de pequeno aparelho, que procura cumprir o seu papel revolucionário: coordenar e sintetizar as várias formas sectores e níveis de actuação, analisar a situação económica, social e política portuguesa e para ela avançar uma tática e uma estratégia. E desde o primeiro momento que inscreveu no seu programa a luta pela criação da organização autónoma dos trabalhadores, perante a qual se dispôs sempre a submeter-se. Este papel do partido revolucionário perdurará durante tempo difícil de determinar.

Porque a organização autónoma evoluirá no sentido de tornar cada homem um militante e de ele vir a

cumprir, a pouco e pouco, as funções definidas para o partido. A desalienação do homem, a participação de cada indivíduo na vida colectiva, a eliminação das divisões entre dirigentes e executantes, entre instruídos e não instruídos, vai possibilitar que a política e o pensamento político colectivo e coordenado se alarguem cada vez mais. A organização vai-se tornando um grande partido ou movimento, e vai substituindo as funções do anterior partido revolucionário, que se sempre um escol.

Pode-se assim dizer que, coexistindo os dois no tempo durante um período indeterminado, o partido vai morrendo enquanto a organização autónoma vai nascendo, transformando-se os dois constantemente e constantemente contendo contradições que dão origem a alterações de qualidade.

Partido e Organização autónoma não se excluem, mas interpenetram-se, têm os dois um papel diferente em cada momento. E agora em Portugal a revolução não será possível sem a organização autónoma e sem o partido.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Mas a par da organização autónoma dos trabalhadores e é imprescindível o partido revolucionário do proletariado. Partido que neste momento tem a função de fazer a análise global da situação económica, social e política, a coordenação de vários níveis

e sectores de luta, incluindo a permuta de informações, experiências e análises e que é a organização capaz de avançar uma tática global de acordo com cada momento. É por outro lado neste momento a organização capaz de fazer a síntese entre a teoria e a

TIMOR:

A guerra civil que desde algumas semanas se desenrola em Timor é, em certa medida, um resultado das contradições internas do "Movimento Redentor" iniciado em 25 de Abril. O MFA, amálgama de interesses de classe, desde a primeira hora da descolonização que se mostrou incapaz de levar avante uma política de recusa total de toda e qualquer estratégia neo-colonialista. No caso concreto de Timor, uma descolonização revolucionária teria significado uma identificação total do poder constituído em Portugal com os anseios expressos pelas populações oprimidas de Timor. As contradições ao nível do poder, em Portugal, tiveram um reflexo desastroso no processo de descolonização.

Assim se compreendem as intenções imperialistas corporizadas na fase spinolista fase esta que, apesar de algumas "correções" posteriores, provocou erros irreparáveis (irreparáveis na perspectiva de uma política de descolonização verdadeiramente anti-imperialista). Porém, à medida que a relação de forças se foi alterando no seio do MFA, a problemática da descolonização sofreu também alterações profundas.



As hesitações a nível das estruturas de poder, no que respeitava ao avançar do processo revolucionário em Portugal, traduziram-se também em hesitações na descolonização. A libertação "De Jure" das colónias, não significou muitas vezes a libertação "De Facto" dessas mesmas colónias. Timor é exemplo flagrante de tudo isto.

«Guerra de libertação e estratégia imperialista»

AS CONVERSAS PARA A DESCOLONIZAÇÃO

Em Junho deste ano, travaram-se em Macau conversações entre a administração portuguesa, a UDT e a APODETI.

A FRETILIN recusa participar na cimeira para a independência pois só o faria se nela não estivesse a

APODETI (ou se a APODETI deixasse de defender a integração de Timor na Indonésia). A FRETILIN acusava as autoridades portuguesas de terem permitido a criação da APODETI. Criticavam que se tivesse deixado criar uma

organização que, no contexto da descolonização, defendia afinal uma integração noutro país.

Nesta altura já a FRETILIN tinha grande implantação nas populações oprimidas, mostrando ser capaz de resistir a qualquer manobra neo-colonialista por parte de Portugal.

O acordo de Macau foi assinado sem a participação do único movimento, a FRETILIN, que defendia uma independência total, sem qualquer compromissos neo-colonialistas.

A UDT que na altura tinha um domínio aparente do território, com base em chefes tradicionais, em proprietários e em funcionários do interior, tentou obter a anuência da Indonésia a um golpe militar contra a FRETILIN. Na realidade, é na sequência de uma visita a Djakarta, do secretário-geral e do secretário dos Assuntos Exteriores da UDT, que este movimento lançou o golpe de Estado que viria a ser a causa próxima da guerra civil.

OS PRIMEIROS PASSOS DA DESCOLONIZAÇÃO DE TIMOR

A meio do século XVI os portugueses "descobriram" Timor. A 20 de Outubro de 1974, o Dr. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, "redescobriu" Timor!

Falando à sua chegada a Timor, o Dr. Almeida Santos (que efectuada a primeira visita a Timor dum ministro português nos últimos 20 anos) dizia: "Somos um pequeno povo (...) mas na verdade suficientemente grandes para povoar o mundo. Atravessámos paragens desconhecidas; combatemos em Ceuta; povoamos de empresas as costas de África e Ásia (...). Sempre ousados, sempre insatisfeitos, sempre humanos, comerciamos, cristianizámos, Fi-

zemos amigos (...) Tão fortes foram os laços enraizados em Timor, tão nobres eram as ideias e tão válido o trabalho, que a presença de Portugal resistiu a tudo (...). Quando no passado, ou em tempos recentes, outros quiseram ocupar o nosso lugar, ocupado pelo direito de descoberta e presença, houve timorenses que sacrificaram as suas vidas, recusando trair os seus corações e combatendo para que Timor continuasse sendo português. E eu diria que continuará a ser português, tendo em conta a sua tradição histórica, a sua cultura e os seus sentimentos, independentemente das modificações orgânicas que as suas estruturas políticas vierem a sofrer".

GUERRA CIVIL

Na noite de 10 para 11 de Agosto, a UDT lançou o seu golpe, utilizando as forças da PSP que tiveram a conivência do seu comandante, o ex-tenente coronel Maggiolo Gouveia.

A partir do momento em que as forças da FRETILIN mostraram ser capazes de resistir, o alto-comissário português, Lemos Pires, pediu uma intervenção estrangeira para que a rebelião fosse dominada. O governo central de Lisboa aceitava a ideia da intervenção de uma força multinacional, com a participação de países da zona, se a

Austrália fizesse parte dessa força, o que, a Austrália, àquela data, recusou.

A FRETILIN, jogando com as contradições existentes entre os países interessados directamente naquela região do Pacífico, não ceidou e lançou-se numa ofensiva militar que teve grande sucesso. O êxito desta ofensiva, (a FRETILIN ocupa já quase todo o território) veio demonstrar à opinião pública portuguesa que a FRETILIN é realmente um movimento com maior apolo na população de Timor.

SIGNIFICADO DUMA POSSÍVEL INTERVENÇÃO

Uma intervenção militar-duma força multinacional, com a intenção de "restabelecer a ordem" (a ordem colonial) seria catastrófica para a luta de libertação dos timores.

Timor, exemplo "dignificante" da "missão civilizadora" de Portugal, não possuindo riquezas minerais (não se conhecem pelo menos) capazes de provocar a cobiça das forças imperialistas, foi uma ilha completamente votada ao abandono pelos colonialistas portugueses.

A permanência de Portugal em Timor, durante os anos de Salazar e de Caetano, à semelhança do que se verificava na Guiné, era vista como uma questão política com repercussões na estratégia global colonial. Portugal era "uno e indivisível", e o abandono de qualquer

colónia significaria o desmoronar do ideário colonial fascista.

Para a Indonésia, o interesse pela ilha também não é, principalmente, económico.

A implantação de um regime anticolonial e anti-imperialista, no Timor Leste, iria alterar o equilíbrio político militar numa zona onde o imperialismo ainda há pouco sofreu fortes reveses (Vietnam, Camboja e Laos).

Uma intervenção militar de forças multinacionais iria certamente tentar esmagar a luta de libertação dos timores, mais concretamente a FRETILIN.

Além do significado e resultados de uma tal intervenção em Timor, ela viria também a constituir um grave precedente para o problema de Angola. As motivações para uma intervenção no caso de Timor,

à coberto do restabelecimento de uma certa ordem, viriam a existir com muito maior força em Angola (as suas riquezas minerais, com o esmagamento do MPLA, entrariam de uma forma clara na esfera de influência imperialista).

Há que estar consciente de tudo isto para que nos mobilizemos no sentido de nos opormos a qualquer intervenção tanto em Timor como em Angola.

Uma descolonização sem intenções neo-colonialistas teria levado o governo português a apoiar os anseios de libertação dos timores, apoiando a FRETILIN.

A "neutralidade activa" da administração portuguesa em Timor, não tem sido mais do que um apoio claro aos movimentos que defendem soluções neo-colonialistas e imperialistas.

TIMOR — FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLITICAS

Aquando do 25 de Abril, Timor, em parte devido à relação de forças naquela zona do Pacífico, não tinha qualquer movimento de Libertação Nacional. Um mês depois do 25 de Abril, dois grupos políticos tinham sido formados: a U.D.T., e a A.S.D.T., Movimento este donde viria a sair a FRETILIN.

A UDT é um partido conservador, constituído à base de antigos simpatizantes do governo fascista português, apoiando-se em extractos da população com relações de dependência comercial com a Austrália e em certos quadros administrativos. A FRETILIN, formado a partir de quadros "intelectuais" educados no es-

trangeiro, influenciados pelas experiências dos movimentos de libertação das colónias portuguesas africanas, formou-se com base numa plataforma anticolonialista e anti-imperialista.

Em face do desenrolar do processo e temendo a instabilidade política na zona resultante de ter na vizinhança um foco de actividade anti-imperialista, a Indonésia, ponta de lança do imperialismo na área, estimula e subsidia a criação da APODETI, organização que desde a primeira hora apregou a integração de Timor Leste à Indonésia. Os quadros da APODETI foram recrutados entre os extractos sociais dependentes das relações comerciais com a Indonésia.

ENTREVISTA COM CAMARADAS DO GRUPO DE BAADER-MEINHOF

A LIBERDADE QUE (NÃO) EXISTE NA SOCIAL-DEMOCRACIA

O documento que apresentamos constitui parte da tradução da entrevista que a revista alemã "Der Spiegel" fez com camaradas da Rda Armé Fraction (RAF), organização também conhecida pelos nomes de dois dos seus 40 militantes que se encontram presos: Baader-Meinhof

Este texto desmascara de um modo exemplar o que são as chamadas "liberdades democrá-

ticas" num país social-democrata (Alemanha Federal).

Melhor do que os políticos profissionais que por aí andam cantando loas às liberdades existentes nestes países, são aqueles que padecem nos cárceres e que são alvo de leis de excepção (é isto a justiça burguesa), quem nos pode falar sobre a hipocrisia da social-democracia.

(.....)

A SITUAÇÃO NA PRISÃO

PERG. - Será que a RAF, através da greve da fome, procura uma nova táctica para atrair a atenção da população, tal como o fizeram com as bombas e granadas em 1972?

RESP. - Não se trata de fazermos palavrões sobre a táctica. Estamos presos e lutamos com a única arma de que dispomos na cadeia e no isolamento: a greve da fome colectiva. Trata-se de uma luta de vida ou de morte, pois não temos outra opção senão ganhar ou morrer nesta greve de fome, pois em caso contrário seremos aniquilados física e psiquicamente através de lavagens de cérebro, isolamento e tratamentos especiais.

PERG. - Pode-se realmente falar de "tortura por isolamento", e inclusivamente de um processo de aniquilação? Vocês lêem muitos jornais, escutam a rádio quando querem e vêem televisão de vez em quando. O sr. Baader, por exemplo, chegou a ter uma biblioteca com 400 volumes. Vocês têm contactos com outros membros da RAF, recebem visitas e os vossos advogados entram e saem.

RESP. - Quando alguém dispõe apenas de informações estatais, é natural que assim pense. Mas isso já não acontece com dois, três, quatro anos de isolamento social. Sabemos, então, que estamos metidos num processo de aniquilamento social. De resto é já a instrução pública que não quer levar os processos para a frente; e, só o quereria fazer, se nós não estivessemos presentes no Tribunal, para poder fazer do processo um espectáculo contra uma política revolucionária.

PERG. - Por muito que as falsidades se repitam, elas já não são dignas de crédito, e o público já compreendeu que elas são lançadas para desacreditar a justiça e o

poder político, coisa que vocês já conseguiram.

RESP. - O que se trata é de factos cuja relevância política vocês, ao negá-los, não podem fazer desaparecer do mundo.

PERG. - Mas digam de uma forma concreta em que é que consiste para vocês o chamado tratamento especial.

Nós investigamos sobre as actuais condições de detenção em que se encontram os elementos da RAF e não encontramos nada, a não ser uma série de privilégios.

RESP. - Vocês não investigaram nada foram informados pelos órgãos de defesa do Estado e pela instrução pública.

O tratamento especial significa 8 meses de "toten trakt" (N.T.: zona do cárcere onde o preso permanece completamente isolado, mesmo de luz solar e dos ruídos) para a Ulrike (Meinhof) e para a Astrid; anos de isolamento social para todos os elementos da RAF; narcotizações forçadas, decididas judicialmente para "fins indagaatórios"; estar durante anos algemado num pátio; uso prolongado de maus tratos e permitidos judicialmente, o que significa vexames em celas de tranquilização, no transporte, nos interrogatórios, no encerrar e nas visitas, a censura de jornais, leis especiais; edifícios especiais para os processos contra os presos da RAF em Kaiserlanten e Stammeln os quais custaram 150 milhões de marcos (1,5 milhão de contos).

Os advogados de defesa são observados dia e noite sendo a sua correspondência retida e os telefones vigiados. Os familiares e os visitantes são alvo de pressões nos seus postos de trabalho, sendo aterrorizados por espões.

PERG. - Quando estavam em greve da fome e alimentaram à

força os grevistas, vocês chamaram a isto uma maquinação fascista. Após a morte de Holger Meins, chamaram "assassinato repugnante"; não acham que é uma contradição?

RESP. - Holger Meins foi executado conscientemente através de uma desnutrição sistemática, tal como a alimentação forçada foi aplicada desde o início com vista ao assassinato.

O facto de não existirem jornalistas que tenham anunciado isto não diz nada contra a facto, mas diz muito sobre a convicção dos jornalistas com a polícia e com os serviços secretos.

PERG. - Não admitimos a sua versão sobre o assassinato de Holger. Cremos que se trata de uma consequência de uma psicose de perseguição, compreensível depois de anos clandestinidade e prisão. De resto, criticámos o comportamento de Hutter, o médico prisional.

RESP. - Não se trata do médico da prisão, dado ele não decide prada prisão, dado que ele não decide praticamente nada. Hutter é um porco.

O que vocês afirmam ter "criticado" são os abusos mais escandalosos, e isto para que as causas fundamentais não sejam compreendidas - a sociedade de classes a sua justiça e os seus campos de prisioneiros.

ANÁLISE SOBRE A ALEMANHA FEDERAL

PERG. - Qual é a vossa análise sobre a República Federal?

RESP. - Trata-se de um centro imperialista, colónia e base militar dos Estados Unidos e, por outro lado, dum potência imperialista da Europa Ocidental, do Mercado Comum e da segunda potência militar da NATO.

A fusão do imperialismo germano-occidental com o imperialismo dos E.U. definé a República Federal, perante os países do Terceiro Mundo, como um elemento da guerra que o imperialismo norte-americano tem conduzido contra eles. Além disto, a Alemanha Federal funciona como "núcleo" que, através do processo revolucionário mundial, está sujeito ao cerco que o "campo" faz à "cidade". Neste sentido, a guerrilha das metrópoles é uma guerrilha urbana no duplo sentido da palavra: surge geograficamente nas grandes cidades e é guerrilha urbana no sentido estrat-

Vocês devem procurar a doença na reacção incontrolada e histérica que os políticos profissionais e os órgãos de comunicação social desencadearam contra um pequeno grupo preso e isolado, como se o inimigo se encontrasse perante um ataque militar (Strauss falou mesmo de "direito de guerra"); tudo isto mostra a corrupção que envolve a crise económica e política do sistema.

PERG. - Acham que a morte de Holger Meins foi oportuna para a RAF?

RESP. - Isto é uma projecção fascista, um pensamento que só pode ser feito por quem concebe a vida em termos de mercado e não é capaz de vencer o sistema que reduz a vida humana ao dinheiro, egoísmo, poder, carreira.

Tal como Che, dizemos que "o guerrilheiro deve pôr em jogo a sua vida apenas quando isso é absolutamente necessário e, então, sem duvidar um só momento".

Seguramente que a morte de Holger tem a ressonância da história", isto é, a dos povos que entraram na história através da luta armada anti-imperialista. Além disto a morte de Holger desmascarou o mito da liberdade de imprensa nos países social-democratas, dado que, durante oito semanas, os jornais e revistas silenciaram completamente uma greve de fome feita por 40 presos políticos, e isto para impedir a solidariedade para conosco.

tégico e político-militar, na medida em que ataca por dentro a máquina opressora do imperialismo.

Num Estado como este, o desenvolvimento do poder proletário só é possível a partir do princípio internacionalista em articulação estratégica e táctica com as lutas de libertação das nações oprimidas.

PERG. - Até agora, com as bombas e palavras de ordem vocês não têm conseguido nada para além do apoio de pequenos grupos de intelectuais e anarquistas. Pensam que isto se vai alterar?

RESP. - Há que ter em conta as repercussões económicas, políticas, militares e ideológicas que as lutas de libertação dos povos do Terceiro Mundo têm tido sobre as metrópoles - o que Lin Piao chama "cortar os pés ao imperialismo". Estas lutas agudizam as contradições nas metrópoles.

Por isto, a intervenção no

processo de desmoroamento com uma acção ofensiva, é o objectivo de uma política revolucionária.

PERG. - Na clandestinidade quando rebentaram as bombas em Mui e Heidelberg e Hamburgo, a RAF considerou um acto político assumir a responsabilidade de tais acontecimentos.

Será que vocês alteraram a sua posição sobre a questão da violência?

A QUEM ASSUSTA A VIOLÊNCIA

- A questão é de saber a quem é que assusta a violência.

Em Hanói, quando colocaram as nossas fotos nas paredes, pelo facto da RAF ter reivindicado o atentado de Heidelberg, no qual ficou destruído o computador que dirigia os bombardeamentos dos E.U. ao Vietnam do Norte, quem se sentiu atordoado pela violência foram os soldados americanos, que deixaram de se sentir seguros, mesmo em Heidelberg e Frankfurt. Uma atitude revolucionária tem, hoje em dia, que ser simultaneamente política e militar, o que deriva da estrutura do imperialismo que tem de assegurar a sua esfera do poder nas metrópoles e no Terceiro Mundo.

Se considerarmos o potencial de violência do imperialismo, cremos que não pode existir uma política revolucionária que não resolva a questão da violência em cada fase da organização revolucionária.

- Vocês consideram-se anarquistas ou marxistas?

RESP. - Marxistas. No entanto, o governo chama-nos anarquistas, associando esta ideia ao uso de explosivos e desordem, para manipular o medo, o desemprego, a crise e a violência existentes devido à insegurança da vida do povo no capitalismo.

O governo necessita de vender ao povo (cobrando-lhe altos impostos) o custoso aparelho político-militar que garante a segurança interna, (ordem capitalista), por isso, usa de toda a sua capacidade mobilizadora para identificar o povo com o aparelho de repressão do Estado.

Há uma falsa concepção do marxismo, segundo a qual os marxistas não atacam o Estado, mas o Capital, e não actuam na rua, mas na fábrica. Segundo esta falsa concepção do marxismo, Lenine foi um anarquista, e a sua obra "Estado e a Revolução" é uma obra anarquista. Todavia, esta é a obra estratégica do marxismo revolucionário.

MARCONI

A «Evolução sindical na continuidade»

OS COMPROMISSOS AO NÍVEL DO PODER CENTRAL E ALGUMA REFLEXÕES

Os trabalhadores da Marconi através da sua greve levaram ao conhecimento geral os compromissos do poder central, poder este que se diz, apesar de tudo, em vias de construir o socialismo.

Quem é o novo administrador da companhia NACIONALIZADA MARCONI? O antigo administrador da OLIVA saneado pelos trabalhadores.

Que faz o antigo administrador da MARCONI? É delegado do governo na Empresa da Torralta. Clara manipulação do "saneamento" exigido pelos trabalhadores.

O poder central e a sua necessidade de estar bem com Deus e com o Diabo! O Poder Central conta com o facto de em sociedade de estruturas capitalistas não existir

uma ideia global da actividade económica. A actividade económica, em vez de planificada e dirigida para a satisfação das necessidades individuais e sociais, está estruturada de uma forma competitiva em que cada unidade industrial tem como objectivo os seus próprios fins económicos. (Repare-se que em Portugal existem duas empresas que se ocupam das telecomunicações: CTT e MARCONI. A MARCONI trabalha para todo o mundo em excepção da Europa e os CTT para a Europa). O poder central joga com o facto de todas as empresas em Portugal continuarem a trabalhar em compartimentos estanques. É justamente por causa disso que tem a coragem de passar os saneados de um lado para o outro,

partindo do princípio de que a contestação que num certo local de trabalho levou ao saneamento, não existirá para o saneado, no outro local de trabalho para onde ele foi transferido.

Uma das argumentações que se usa é de que o País precisa de conservar os seus quadros técnicos. Não teremos então o direito de perguntar o que é que um administrador de telecomunicações (Marconi) sabe sobre uma empresa de Turismo (Torralta) e vice-versa?

Mas aos trabalhadores de cada empresa é-lhes negada sempre, o princípio da gestão operária, com base no argumento da sua "incapacidade" administrativa. Em resumo, a reedição do velho slogan: Aos trabalhadores o trabalho, aos tachistas o tacho.



parasitados e intermediários têm interesses comuns dizem os senhores da Intersindical.

Na análise das lutas que se processam no país teremos que ter em conta de que modo a empresa em greve se insere no ciclo da produção pois isso nos dará a perspectiva das características e finalidades dos elementos em greve.

É muito diferente uma greve que se processa ao nível da Marconi que é uma empresa não directamente produtiva e uma greve que se processa com o operariado de uma fábrica.

A greve ao nível da Marconi não poderá ultrapassar uma perspectiva reformista como estrutura que é extremamente dependente do sistema. Como empresa de serviços o seu papel é secundário pertencendo ao terreno da racionalização da produção.

A luta na Marconi tem um dos seus aspectos mais importantes no facto de não se tratar de uma luta contra uma entidade privada, mas de uma luta contra o poder central que é patrão numa sociedade em que as relações de produção são totalmente capitalistas. O contrato colectivo de trabalho a que o V Governo Provisório recusava satisfação era o mesmo que o III Governo Provisório tinha aceiteado. Não era pois, através das reformulações ao nível do poder central que as necessidades dos trabalhadores serão satisfeitas. Se o III aceita e o V recusa, porque não aceitar que o VI tentará mesmo retirar regalias já existentes?

Nas reivindicações dos trabalhadores da Marconi existem aspectos que são reivindicações gerais.

1 — Através de "uma legislação adequada para o trabalho feminino" pretende-se acabar com abusos que se praticam ainda: colocação de grávidas em turnos contra a regulamentação existente na lei geral do trabalho (elaborada em tempo fascista), despedimentos de grávidas, ausência de creches etc...

II — Semana de 40 horas. Todo o trabalhador tem direito a tempo livre, pois só através dele, poderá

participar do processo cultural, apesar das limitações existentes em sistema capitalista.

Finalmente dois aspectos a focar na greve da Marconi: I — Numa altura em que a crise de desemprego grassa no país, é de apreciar a combatividade dos trabalhadores da Marconi. Em todos os períodos de crise capitalista em que a mão-de-obra de reserva aumenta através do desemprego, os capitalistas jogam sempre na competição que existe entre trabalhadores que têm emprego e os que não têm. Eles capitalistas sabem que lhes é fácil substituir a força de trabalho que contesta (apesar de na Marconi, onde existe uma maioria de técnicos especializados, a possibilidade de substituição seja limitada). O não ao desemprego é pois uma palavra de ordem radical, como as ruas de Lisboa já o mostraram.

O não ao desemprego é a unidade dos trabalhadores e o destruir da competição entre os próprios trabalhadores.

II — Em todas as empresas de tipo Marconi (ao entrarem em luta) se desencadeia um processo de difamação dos trabalhadores. As entidades patronais alegam sempre que os trabalhadores sacrificam os interesses "gerais" pondo à frente os seus interesses "particulares". Os próprios trabalhadores recebem uma certa inimizade e incompreensão por parte do público. É de apreciar o grau de consciência dos trabalhadores da Marconi quando se lançam em luta reconhecendo que os seus interesses "particulares" se identificam com os interesses gerais dos trabalhadores e que os tão falados interesses "gerais" não são senão os interesses particulares do patrão.

A 7 de Setembro interrompeu-se o processo de luta na Marconi depois de recebida uma contra-proposta da administração. A 8 de Setembro foi lido na Rádio um comunicado da Comissão de Luta da Marconi em que se dizia que as negociações começariam no dia seguinte.

SINDICATOS E ORGANISMOS POLÍTICOS

A estrutura sindical portuguesa continua no fundamental, a ser a estrutura anteriormente existente. As cúpulas sindicais actuais na sua maioria, descobriram de imediato que lhes seria vantajoso conservar o aparelho sindical, herdado mais ou menos intacto, na sua tentativa de tentar dominar e controlar as massas trabalhadoras. O projecto político destas cúpulas sindicais (colaboração de classes) levou sempre de modo claro a fragmentar e dividir a luta dos trabalhadores, na sua tentativa de convencer a burguesia da sua boa vontade.

Os trabalhadores portugueses tiveram já uma experiência "sindical" de 16 meses. Os trabalhadores portugueses têm já a experiência de que estes sindicatos são estruturas, reformistas, de colaboração com o capital.

Se já no tempo de Caetano a estrutura repressiva e colaboracionista dos "sindicatos" era contestada ao nível de base pelas comissões de trabalhadores clandestinas, nos últimos 16 meses os órgãos autónomos do proletariado mostraram claramente, através da sua prática, que não está no seu projecto o dar qualquer "feição humanista à exploração capitalista", mas sim a desintegração do sistema capitalista. Por razões várias, o papel dos sindicatos, seja qual for a forma assumida pelo poder central, não é o de revolucionar (a perspectiva final da tomada do poder pelos trabalhadores) mas o de reformar. Os sindicatos, como toda e qualquer estrutura em sistema capitalista, são obrigados (para sobreviverem como estru-

ras) ao compromisso, o que é tão do agrado dos partidos políticos que os manipulam.

Os sindicatos serão sempre obrigados, nas suas relações exteriores, a entrar em relação com o sistema capitalista e seus órgãos de poder.

Os sindicatos, como órgãos (aparelho burocratizado) de controle sobre a actividade dos trabalhadores, aniquilar-se-iam automaticamente como estruturas, em certos momentos históricos, se pretendessem entrar numa prática revolucionária. Perder o controle dos trabalhadores é qualquer coisa que horroriza os órgãos administrativos de qualquer sindicato, pois esse perder do controle coincidiria na prática com a organização autónoma dos trabalhadores em seus órgãos de poder: os Conselhos Operários, que já mostraram em Portugal ser a alternativa do futuro. A formação dos órgãos autónomos de luta surge, em período agudo de luta de classes, como a resposta dialéctica à necessidade de criar a estrutura organizacional que se pode opor radicalmente ao poder central e a todas as instituições que de um modo directo ou camuflado praticam a colaboração de classes, favorecendo o desenvolvimento capitalista. As cúpulas sindicais manipuladas por um ou outro partido desempenharão sempre o papel de racionalizadores da produção. A burocracia e o economicismo (luta por regalias económicas desligadas de uma perspectiva de destruição do sistema capitalista) serão as suas marcas.

Os sindicatos continuarão no

entanto a ser órgãos que demonstram aos trabalhadores que o reformismo não é a sua via. Dum modo mais geral a luta económica é também a possibilidade dos trabalhadores irem tomando consciência de que a sua emancipação será obra dos próprios trabalhadores.

O processo de luta da Marconi põe em evidência as contradições da estrutura sindical. O direcção unificada do sindicato das telecomunicações e rádio não só não apoiou a luta dos trabalhadores da Marconi como além do mais foi colaborador do poder central nas negociações do acordo colectivo

E a Intersindical não se pronunciará, a não ser negativamente. A Intersindical, que a coberto de que todos são "trabalhadores" junta à mesma mesa os que trabalham produzindo mercadorias, os que trabalham só comunicando a mercadoria e os que trabalham, só racionalizando a produção, ou seja planificando a opressão dos que trabalham produzindo mercadoria. Na Intersindical pequeno-burgueses e operários são "iguais". O pluralismo democrático ao nível sindical!! Na estrutura sindical existente os operários, produtores e criadores de riqueza coexistem com os senhores engenheiros que estudam a melhor maneira de extorquir a mais valia através do melhoramento das condições de produção e coexistem com os empregados de serviços privilegiados (aparelho burocrático) que não sendo directamente produtivos são directamente consumidores. Parasitas,

RETORNADOS DE ANGOLA

A quem tudo tem sido permitido

Com base num caderno reivindicativo, os retornados de Angola têm usado várias formas para obrigar o governo a ceder às suas exigências.

Começando por uma reunião no Pavilhão dos Desportos, manifestações de rua e chegando à ocupação do Banco de Angola e Ponte sobre o Tejo, assim se tem desenvolvido a actividade dos retornados.

A isto assistiram as autoridades

deste país impávidas e nada interessadas em travar a escalada desses indivíduos, escalada essa que consideramos altamente reaccionária.

O cariz dos seus discursos das janelas do Banco de Angola para a população que ali se encontrava, em que se defendia o regime colonialista, até às palavras de ordem das suas manifestações — "ABAIXO O MPLA", "SILVA CARDOSO AMIGO DO POVO" —

demonstram bem quem são estes indivíduos, e o que pretendem para este país. O apoio que recebem, — vem dos partidos de direita — CDS, PPD e PS. A juntar a estes vem o apoio de alguns trabalhadores do Banco de Angola afectos ao MRPP, cuja moção a certa altura se pode ler "solidarizar-se com todos os aspectos justos da luta desencadeada pelo povo regressado de Angola".

Também num comunicado do CDS se pode ler "fugindo de uma terra que valorizaram e que amavam, pátria dos seus filhos, no êxodo que alcança proporções de espantosa tragédia, ei-los que chegam ao seu país, à pátria antiga e amorosa, para descobrir com

indignação e escândalo, que a pátria é ainda um lugar de exílio".

Entretanto os retornados queixam-se que estão na miséria, que não têm casa que têm fome, que não têm trabalho, mas muitas centenas deles passeiam-se por este país em bons carros. As suas reivindicações baseiam-se na troca de angolares pelo valor do escudo, na garantia a curto prazo do dinheiro que têm depositado, na transferência dos seus haveres de Angola para Portugal. E é esta minoria que tem dinheiro que manipula todos os retornados e que os faz tomar posições reaccionárias.

Pensamos que é um problema real, este dos retornados, mas que

a resolução dele deve ser numa perspectiva global dos problemas deste país — desemprego, habitação, alimentação, etc. A proposta de trabalho dos oficiais do COP-CON aponta uma saída para a resolução deste problema, do qual transcrevemos essa parte:

"— Medidas de emergência em relação aos desalojados de Angola, englobando-os na política geral do pleno emprego, e pleno alojamento tais como: requisição de estabelecimentos de hotelaria, construção de habitações pré-fabricadas e outras que forem julgadas oportunas como soluções ainda que provisórias

FRENTE

Continuação da pág. 3

timando completamente as massas trabalhadoras em função da sua posição partidária, e do seu sectarismo?

Nós sabemos que os camaradas da UDP acreditam que "não são sectários" como disseram há — pouco no debate no Rádio Renascença, mas não lhes parece que este é o momento de unir o mais possível e não de desunir na base de selecções ideológicas? Este é o momento de unir dentro da classe operária, na base de um programa revolucionário. O que não significa nem alianças de classe nem cedências programáticas.

Pouco tempo depois do acordo da plataforma sai o 1.º de Maio. Esta saída foi igualmente provocada por errada análise política. Considera o 1.º de Maio na sua autocritica que "enquanto as forças revolucionárias não tiverem uma unidade, uma estrutura, um programa e uma direcção unificada, não poderão exercer a sua hegemonia sobre o PCP, no interior de uma Frente" e em lugar de estar o PCP a reboque dos revolucionários ficaram os revolucionários a reboque do PCP.

Ora por tudo quanto aconteceu a seguir, se provou que a tal hegemonia do PCP nunca existiu nem poderia existir. Não quererão os camaradas do "1.º de Maio" fazer uma nova "autocritica"? Usando o critério da prática.

Quanto à saída, ou melhor, expulsão do PCP que deixou muito boa gente boquiaberta foi a prova para quem ainda precisasse dela, da falta de alternativa revolucionária do reformismo.

O PCP quis "agarrar o barco" e entrou na Frente. Tinha duas alternativas: ou se sujeitava à vontade expressa pelos órgãos de poder popular, que irão constituir a Frente, e se sujeitavam também aos pontos aprovados na plataforma de dia 25, e era aceite a sua presença na Frente, porque na prática, respeitava a vontade popular,

ou então tentava como sempre o tinha feito, controlar, fazer conciliações de classe, etc. e era expulso como efectivamente foi.

Mas o PCP fez algo de muito mais grave do que a tentativa de controlo da manifestação de dia 27 (introduzindo palavras de ordem contrárias às estabelecidas), onde as suas próprias bases assobiaram Costa Gomes e gritaram abaixo a social-democracia quando este falou. No dia seguinte a esta atitude das bases do PCP, as suas cúpulas propõem um encontro com o mesmo Costa Gomes e com o PS, representantes da social-democracia no nosso país. Esta direcção chegou ao cúmulo de fazer uma TRAIÇÃO, não só às massas trabalhadoras, como às suas próprias bases.

As suas bases operárias tiveram agora mais do que nunca, oportunidade de ver até que ponto o seu partido (ou em muitos casos o seu ex-partido) é oportunista e faz viragens à direita ou à "esquerda" conforme melhor lhe convém, e como trai na prática as classes trabalhadoras.

Depois de tudo isto, uma coisa é certa este projecto só pode triunfar se tiver consigo as massas trabalhadoras e os órgãos de vontade popular organizados e unidos porque o problema que se coloca não é a liderança ou a hegemonia deste ou daquele partido, o problema que se põe é o problema do Poder, do poder transitório, porque neste momento, nas condições actuais económicas, sociais e políticas ou se apresenta às largas massas trabalhadoras, através de um programa concreto a resolução dos seus problemas, e a muito curto prazo, ou a direita alastra por ter o terreno que lhe é favorável e o imperialismo joga tentando que não haja um projecto para que a situação se degrade sob todos os pontos de vista, e fiquem as portas abertas ao fascismo que entrará de uma forma brutal sobre este país.

TEXTO ANÁLISE SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DOS ESTALEIROS DE VIANA DO CASTELO

A nossa empresa foi nacionalizada, mas atenção é perigoso deitarmos foguetes e fazermos a festa, como por todo o lado fazem os reformistas e os revisionistas com destaque para o PCP, partido cada vez mais isolado, que nada mais faz senão ir a reboque das massas trabalhadoras, depois de se lhe ter descoberto a careca quanto a querer usar os trabalhadores para subir ao poleiro e impor a sua "hegemonia". Interessa-nos antes do mais saber:

1.º - Como surge e como se constitui a Comissão Administrativa?

2.º - Continuar ou não a ser explorado?

3.º - Que Estado é que dirige os sectores nacionalizados?

4.º - Que plano de crédito vai existir para as indemnizações aos accionistas?

Nós entendemos que:

1.º - As comissões administrativas longe de ser da confiança dos trabalhadores, e não sendo escolhidas por estes, são nomeadas por direcções de Sindicatos ou por órgãos de Estado.

2.º - A exploração continua no sector nacionalizado; os quadros dirigentes continuam a ter salários mais elevados e ditam a produção não de acordo com decisões planificadas de trabalhadores, mas de acordo com ideias de produtividade, para que continue o lucro, as gratificações aos administradores, etc., sendo ao fim e ao cabo ao nosso trabalho que vão buscar toda a remuneração deles.

Quadros técnicos são necessários, mas vigiados e controlados pelos trabalhadores.

ABAIXO A EXPLORAÇÃO BUROCRÁTICA NEO-CAPITALISTA

3.º - O Estado em que estamos ainda é capitalista. O poder não está controlado pelos trabalhadores e a economia é organizada de acordo com a vontade de minorias neo-exploradoras.

Só com a planificação conjunta Socialista, em que estaleiros e fábricas de matérias primas (extração e tratamento) estão coordenadas se poderá pôr a vontade dos trabalhadores e se poderá

produzir segundo as nossas necessidades e não de acordo com as necessidades imperialistas, sejam de que ponto cardeal forem...

PLANIFICAÇÃO SOCIALISTA E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

4.º - Ainda se concedem indemnizações!

Não são os trabalhadores que possuem as acções das grandes empresas e muito menos dos estaleiros. E ainda por cima se paga ao capitalismo nacional e internacional, depois de eles nos terem roubado o suor dos anos a fio.

NACIONALIZAÇÕES SEM INDEMNIZAÇÕES

5.º - Além de tudo isto há que defender, através

de soldadões e estruturas das empresas as instalações e os produtos, de ataques de comandos armados ao serviço do imperialismo americano.

Disto tudo, discute-se: Quem tem o poder?

Jogam-se nesta altura cartadas decisivas para o futuro da Revolução Socialista que se aproxima e já estamos no seu limiar. Só através dela, pela tomada e exercício do poder pelo proletariado, de aliança com os camponeses pobres, (relegados para segundo plano pelos governos provisórios que mais não fizeram que pô-los nas mãos da burguesia fascista que se aproveita deles para lançar trabalhadores contra trabalhadores ou nos revisionistas e capitalistas e capitalistas instalados no aparelho de Estado.

Só a articulação entre militares revolucionários e a organização autónoma dos operários, com ou sem partido, poderá formar a vanguarda que levará por diante a Revolução Socialista.

Há que eleger em todos os locais de trabalho Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros que funcionando democraticamente serão a organização capaz de controlar uma economia NACIONALIZADA E SOCIALIZADA.

Célula do PRP-BR dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo



SEGUNDA-FEIRA, DIA 25

• Oito partidos e organizações políticas (FSP, LCI, LUAR, MDP-CDE, MES, PCP, PRP-BR e 1.º de Maio) formaram a Frente Unitária Revolucionária. No comunicado final de apresentação da plataforma de acção política, destacou-se o facto de o documento do COPCON e o Documento "Linhas de Acção Programática e Tarefas de Transição", constituírem base de trabalho válido para a elaboração de um programa político revolucionário.

Destaca-se também que esta Frente está também aberta a outras organizações políticas revolucionárias, militantes revolucionários, MFA, e órgãos autónomos de poder popular definidos no documento Guia de Aliança MFA-POVO.

TERÇA-FEIRA DIA 26

• O grupo 1.º de Maio, subscritor da plataforma de 25 de Agosto, distribuiu um documento a que chama "auto-crítica do 1.º de Maio" e abandona a Frente.

QUARTA-FEIRA, DIA 27

• Realiza-se em Lisboa uma manifestação convocada pela Frente em que se incorporam cerca de 130 mil pessoas. Costa Gomes, que inesperadamente falou aos manifestantes, foi violentamente contestado por estes que gritaram "ABAIXO A SOCIAL-DEMOCRACIA" e "MORTE A CIA". Entretanto, o PRP-BR abandona a manifestação como repúdio à tentativa de controle por parte do PCP e por se ter consentido que Costa Gomes falasse.

• Forças do COPCON (RIOC) ocupam as instalações da 5.ª Divisão em três pontos da cidade (Calçada das Necessidades, Rua Presidente Arriaga e Rua Castilho) por acusações de ser um organismo "teleguiado" pelo PCP. Esta operação foi comandada pelo coronel Jaime Neves, que segundo consta excedeu as ordens que tinha. Houve um verdadeiro saque o que mostra bem como o senhor Jaime Neves actua.

QUINTA-FEIRA, DIA 28

• Realiza-se uma manifestação em Leiria, com cerca de 25 mil pessoas "em defesa da liberdade e da Igreja Católica" em que o bispo D. Alberto do Amaral afirmou que "nesta hora em que a terra portuguesa envereda por novos caminhos, ensinai-nos, oh Mãe a ser livres (...)"

• Álvaro Cunhal dá uma conferência de Imprensa em que apresenta

uma proposta para solução da crise política". Neste documento, entre outras coisas propõe-se a realização de um encontro entre os representantes oficiais das instâncias do poder militar e civil, representantes das três principais tendências do MFA, representantes de partidos e organizações da Frente, Partido Socialista e Costa Gomes.

• Milicianos da 5.ª Divisão divulgam um comunicado em que tomam posição sobre a ocupação do dia anterior. Diz esse comunicado a certa altura: "Como se explica também, o espantoso aparato bélico de que se revestiu a operação? Terá isto a ver com qualquer demonstração de força? E a quem é que poderia a mesma servir? (...) de quem terá sido a ordem (se é que ordem houve...) desta operação, e porque foi ela comandada pela controversa figura do coronel Jaime Neves?"

SEXTA-FEIRA DIA 29

• Spínola dá mostras uma vez mais das suas preocupações "humanistas" e declara à Agência de Notícias Americana UPI, estar alfito com o facto de que "logo depois de Portugal, não só a Europa como todo o Ocidente venham a seguir o caminho comunista". Segundo o semanário Opinião o "nosso general" teria já 16.000 homens armados (ex-Pides, ELP's, militares afastados com o 25 de Abril, 11 de Março, etc).

SÁBADO, DIA 30

• Sai um comunicado da FSP, MES, LCI, LUAR e PRP-BR, de crítica à declaração do PCP de 28-8. Diz o comunicado "considerar que a proposta feita pela direcção do PCP abre a porta à concolação com as forças civis e militares que actuam como ponta de lança do capitalismo e imperialismo" (...) "a proposta tem como resultado enfraquecer a posição das forças progressistas revolucionárias civis e militares" (...) "h" a posição assumida pelo PCP entra em contradição com a Plataforma de 25-8 à qual as massas trabalhadoras já mostraram a sua clara adesão" (...) "recusa categoricamente a proposta da C.P. do C.C. do PCP" (...) "condiciona uma tomada de posição sobre a presença do PCP no Secretariado Provisório da Plataforma de 25-8 a uma posição política que o PCP viera a assumir sobre as críticas que lhe foram feitas".

SEGUNDA-FEIRA, DIA 1

• Um manifesto cuja origem se desconhece mas que se afi em nome de todos os movime... s que

lutam pela independência da Madeira, foi distribuído em Porto - Moñiz, na Madeira. Nesse comunicado é esboçado um programa eleitoral e a linha de rumo do futuro "Governo de Transição" da "República da Madeira".

• A Região de Bragança começa a ser devastada por uma série de incêndios que destroem grandes florestas e plantações. Tudo indica serem fogos postos. Até este momento, os incêndios no país já causam um prejuízo de cerca de 400 mil contos.

• Segundo a agência ANI Spínola declarou considerar "o momento político propício para estabelecer um quartel general mais próximo de Portugal e fortalecer a aliança com o Partido Socialista de Mário Soares", segundo a mesma agência "alguns dos ex-oficiais de Spínola tinham tarefas importantes de contactos exteriores, com viagens para França e Espanha".

TERÇA-FEIRA, DIA 2

• Reune a Assembleia do Exército em que é contestada a legitimidade da Assembleia do MFA e exigida a reestruturação desta, antes de se voltar a reunir. A Assembleia decide recusar a nomeação de Vasco Gonçalves para C.E.-M.G.F.A.

Sai um comunicado do MDP-CDE em que se manifesta "contrário ao excessivo empolamento dentro da plataforma, das questões relativas à proposta do PCP, declarando não subscrever qualquer posição que abrisse caminho para a limitação da composição actual da plataforma e finalmente não aprovar o afastamento do PCP.

QUARTA-FEIRA, DIA 3

• Reune a Assembleia da Armada em que apoia a nomeação de Vasco Gonçalves para C.E.M.G.F.A., e a reestruturação do Conselho da Revolução na Assembleia do MFA. É posto em causa Victor Crespo, um dos subscritores do "Documento dos 9".

• Manifestação reacçãoária em Santarém, culmina com o apedrejamento da Rádio Ribatejo.

• Retornados de Angola ocupam as instalações do Banco de Angola em Lisboa com apoio da comissão de trabalhadores deste (MRPP). O COPCON intervem e desaloja-o mas os retornados voltam a ocupar as instalações.

QUINTA-FEIRA, DIA 4

• Reune a Assembleia da Força

Aérea, que manifesta discordância da nomeação de Vasco Gonçalves para CEMGFA, e que apoia o general Moraes e Silva e as declarações feitas por este de apoio ao "Documento dos 9" embora condenando a maneira como foi posto a público e em que dá directivas para a composição da Assembleia da Força Aérea: 36 oficiais superiores e generais representantes da hierarquia militar e 50 oficiais, 50 sargentos e 25 praças representantes das unidades e órgãos da Força Aérea.

• Os f etornados de Angola são definitivamente desalojados das instalações do Banco de Angola.

SEXTA-FEIRA, DIA 5

• De manhã há nova reunião da Força Aérea convocada à última hora que acaba por reiterar as posições da anterior. De tarde há a reunião da Assembleia do MFA e alguns oficiais do Exército (cerca de 50) e Força Aérea a título individual, como observadores. Vasco Gonçalves renuncia ao cargo de C.-E.M.G.F.A. É decidida a reestruturação do Conselho da Revolução donde saíram Vasco Gonçalves, Eurico Corvacho, Victor Crespo, L. Macedo e Ferreira e

Sousa, ficando a cargo do Conselho da Revolução a decisão sobre Victor Alves, Costa Martins e Melo Antunes.

SÁBADO, DIA 6

• O 5.º Governo Provisório apresenta a sua demissão.

SEGUNDA-FEIRA, DIA 8

• O Conselho da Revolução reúne para a sua reestruturação. Decide reintegrar, Victor Alves, Costa Martins e Melo Antunes; decreta também uma lei que proíbe aos órgãos de informação divulgarem seja o que for sobre acontecimentos militares, moções aprovadas, sob pena de suspensão.

• Pinto Soares apresenta a sua não aceitação para o Conselho da Revolução.

• Spínola em Paris, prossegue os seus contactos recebendo vários militares, principalmente capitães, muitos deles vindos expressamente de Angola e de Moçambique. Afirma que está disposto a pôr-se à cabeça de um vasto movimento "democrático" de oposição ao regime actual.

EDITORIAL

Continuação da pág. 16

as forças. Neste momento mais do que nunca as alianças com a burguesia custam o preço da traição. E a mesma direcção que foi capaz de fazer uma quase guerra civil entre os das "barricadas" e as bases do PS, criando um perigoso campo de combate onde não fazia sentido que ele existisse, é agora capaz de se sentar à mesma mesa com a direcção do PS.

Também o sectarismo traz dificuldades para a unidade do proletariado. Porque é pelos interesses de classe, pelos objectivos e pela acção que a unidade se faz e não pela definição ideológica previamente estabelecida. Se for necessário é preferível arrastar os reformistas para a acção revolucionária, é preferível obrigar as cúpulas a explicarem-se perante as bases, do que expulsá-los antes de mais nada do "reino dos Céus" e mangá-los para o "Inferno". Não é altura para purismos nem para rigores ideológicos que no fundo representam também um refúgio de quem não encontra neste preciso momento uma resposta concreta para a situação concreta.

Mas os trabalhadores têm um instrumento para fazer a unidade - a organização unitária de base: as Comissões, os Conselhos, as Assembleias onde a vontade maioritária tem de ser cumprida, mas onde a voz minoritária pode ser ouvida. Onde o debate é possível, mas onde têm de evitar as manobras partidárias.

Mas unidos e organizados os trabalhadores serão ainda impotentes perante a reacção, se lhes faltar aquilo que permite o poder a força, as armas. Porque se é certo que os trabalhadores têm de se aliar aos militares revolucionários também é certo que chegou ao momento de pensar o país militarmente. E se houver alguém que de boa fé consiga provar que o proletariado vencerá de mãos vazias, que o faça. Mas quanto a nós essas contas serão impossíveis. Chegou o momento em que o triunfo da Revolução Socialista depende da criação do Exército Revolucionário; e que todo aquele que impedir o armamento da classe operária e do proletariado rural é contra-revolucionário; e que todo aquele que não tenha como tarefa esse armamento não é revolucionário. A conquista do poder passa pela concretização dos instrumentos para essa mesma conquista. O poder significa força física.

Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA & C.* - Trav. Condessa do Rio, 7-9 /// Distribuição: DIG - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

Esgotaram-se todas as possibilidades de ruptura ao nível do poder político militar. A situação degradou-se de modo tal que a esquerda que ainda existe dentro do poder está quase clandestina e pede licença para lá estar.

Prolonga-se já por três meses este longo confronto político entre o poder que ainda é o da burguesia e que se agarra neste período de transição e o poder do proletariado que se organiza e que investe para derrubar o primeiro e instalar-se em seu lugar. Como sempre que tal acontece na história ninguém sabe quem é o vencido e quem é o vencedor. Mas já aparecem por todos os lados aqueles que andam a medir forças, a "estudar a correlação de forças" como dizem aqui os oportunistas, para saber de que lado não-de ficar. E para muitos, que no fundo nunca foram revolucionários, as contas da "correlação de forças" já lhes deram derrota para o proletariado. São boas razões, sobretudo para quem nunca encarou a hipótese dos explorados tomarem realmente o poder, com todas as suas consequências (entre elas a perda de privilégios para a pequena burguesia bem pensante e "ideológica"). Andam portanto os oportunistas a acarrear razões pra dar por certa de antemão a derrota do proletariado. Isso justifica-lhes todos os passos à direita.

Contra esses também têm de lutar os revolucionários para quem to das as tarefas dizem respeito a juntar forças para a vitória do proletariado. E a vitória não é uma imagem lírica, é uma etapa concreta feita com coisas concretas.

A direita vem ao ataque, não ainda em desespero mas seguindo aquele passo certo que as maquinações estrangeiras planeiam. Afrouxadas as movimentações sociais do Centro e Norte do país, foi agora nas estruturas militares que a sábia mão mexeu os pedões. Sem perceberem o jogo alguns homens insensatos servem de marionetes aos senhores Kissinger, que telecomandam com a experiência de muitos anos e de muitos mundos. As assembleias deram aquilo que deviam dar. A Força Aérea cumpriu o seu papel reaccionário e pingüim poderá deixar de pensar seriamente nos seus aviões e nas suas bombas; criados para defender a burguesia "aquém e além mar", aqui estão de novo, alerta, neste último período em que as classes se definem. Mas os soldados e os sargentos terão também que se definir e que perder o medo. O Exército foi o local onde se definiram os dois pólos a direita e os revolucionários. Aí se encontrou a discussão, aí onde a experiência deste ano e meio conta mais para a definição dos dois campos. No entanto, a votação para o C.R. terá que nos fazer reflectir. Se é natural que Otefo tivesse o máximo de votos, já o mesmo faz pensar em relação a Fabião. Porque o bloco "progressista" teve sempre quarenta votos (os quarenta que foram contra Melo Antunes, Vasco Lourenço e Sousa e Castro) e contra Fabião só aparecem vinte e três... Aí "progressistas", "progressistas" de voto secreto duvidoso...

Quanto à Marinha, manteve aquele monolitismo (atenção no entanto às fugas à direita) que faz com que possa acompanhar os revolucionários do Exército, se estes avançarem. Mas não avança sózinha. E entretanto confere já confiança a um Pinheiro de Azevedo que diz que a NATO é "democrática" e que tem como primeiro gesto a constituição dum novo governo de coligação. Estas assembleias destas Forças Armadas regulares foram, enfim, o canto do cisne para quem cultivou qualquer esperança de nelas se tomarem decisões fundamentais. "O Povo está com o MFA!", "O Povo está com as gloriosas Forças Armadas!" gritaram os reformistas nos Abris, nos Maios, nos Junhos, neste ano inteiro de oportunismo! "Aventureiros, divisionistas, provocadores" gritavam-nos os seus bandos, quando afirmávamos que havia de tudo nas F.A. e que se tinha que separar o trigo do joio, e que tinha que se formar o Exército Revolucionário. Mas como implacáveis sabotadores da revolução sempre procuraram impedi-lo. Agora, aí têm as "gloriosas Forças Armadas", da farda, galões e medalhas, destituídas à sua classe. Agora aí têm os saneamentos à esquerda (desta vez já atingem reformistas, já não são só revolucionários); aí têm a censura instituída; aí têm os senhores Sousas e Castros a dizerem - as imbecilidades que uma qualquer hierarquia lhes permite. E começou já a baixar a bola os senhores reformistas, procurando fazer todas as manobras à direita como sempre acontece para todos aqueles que fazem do oportunismo uma tática.

O projecto de Trabalho do COPCON, as manifestações unitárias de 20 e 27 de Agosto, a constituição da Frente Unitária Revolucionária foram passos de extraordinária importância dados pela esquerda pelos trabalhadores e pelos militares progressistas de várias tendências para barrar o caminho à reacção e para conquistar o socialismo. Neste momento decisivo, o PRP-BR lança para o proletariado a palavra de ordem: UNIR, ORGANIZAR, ARMAR. Porque o inimigo principal é o fascismo, o capitalismo, o imperialismo, que são uma coisa só, os trabalhadores devem estar unidos contra eles e pela conquista do poder. Pertencendo à mesma classe e tendo objectivos concretos comuns os trabalhadores devem procurar tudo o que os una e não o que os desuna. Nesta tarefa das mais importantes que se põe aos revolucionários, duas dificuldades surgem que têm de ser ultrapassadas: o oportunismo dos revisionistas por um lado e o sectarismo por outro. E por oportunistas que a direcção do PC faz alianças à direita três dias depois de ter entrado para a Frente Unitária Revolucionária (FUR), é por um oportunismo emenda que estende a mão ao PS e ao Presidente da República, que deita o "companheiro Vasco" no caixote do lixo da história e aplaude Pinheiro de Azevedo, disposta a proclamar o novo herói (rei morto, rei posto!). Esse oportunismo é grave para os trabalhadores pois lança a confusão e a desunião, divide

Continua na pág. 16



SALVEMOS A VIDA DE OTAEGUI E GARMENDIA

O regime fascista espanhol tenta prolongar a sua própria existência, aumentando o mais possível a força da repressão. Abatendo-se sobre tudo sobre jornais e pessoas, quando mexe, sobre tudo quando luta contra a morte fascista. Em 28 de Agosto foram condenados à morte Otaegui e Garmendia.

JOSÉ ANTONIO GARMENDIA ANTOLA - 23 anos de idade, natural de Absziquieta (Guipozcoa) foi preso em S. Sebastian em 28 de Agosto de 1974, durante um tiroteio; umas das balas atravessou-lhe a cabeça privando-o das suas faculdades mentais e foi neste estado de inconsciência que assinou documentos relativos a acções que não tinha cometido.

ANGEL OTAEGUI ECHEVARRIA - 33 anos de idade, natural de Azpetia (Guipozcoa), foi preso em 8 de Novembro de 1974 em S. Sebastian e transferido para a prisão de Burgos onde se encontra. Ambos são acusados de pertencer à ETA.

Outros riscam neste momento a pena de morte: cinco revolucionários da FRAP implicados

no assassinato do polícia Lucio Roa driguez Martin; Pedro Iguacio Perez Beotegui (Wilson) dirigente da ETA que foi preso em Barcelona onde se encontra num estado miserável, incommunicabilidade, é acusado de ser o responsável pela morte de Carrero Blanco, e do atentado da Rua Correo; Juan Manot (Chiqui) acusado entre outras coisas de matar o inspector da policia de S. Sebastian em 21 de Março.

Lutar contra o fascismo em Espanha, é lutar pela Revolução - pela morte de Carrero Blanco, e do Socialista em Espanha e Portugal.

CHILE — 11 DE SETEMBRO DE 1973 — 1

APOIO ACTIVO A RESISTENCIA POPULAR CHILENA

REALIZA-SE NO PROXIMO DIA 18 DE SETEMBRO - QUINTA-FEIRA - NO PAVILHAO DOS DESPORTOS DE LISBOA, PELAS 21 HORAS E 30M. UM COMICIO PROMOVIDO PELO SECRETARIADO DA PLATAFORMA DE 25 DE AGOSTO — FRENTE UNITARIA REVOLUCIONARIA. DE APOIO AO MOVIMENTO DA RESISTENCIA POPULAR CHILENA.

